

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NATUREZA HUMANA EM INTERAÇÃO
COM A NATUREZA NATURAL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA
PLATAFORMA P-55 NA CIDADE DO RIO GRANDE, RS.**

DÉBORA LIMA MARTINS

**RIO GRANDE
2013**

DÉBORA LIMA MARTINS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NATUREZA HUMANA EM INTERAÇÃO
COM A NATUREZA NATURAL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA
PLATAFORMA P-55 NA CIDADE DO RIO GRANDE, RS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação Ambiental –
PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande –
FURG.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone dos Santos Paludo.

**RIO GRANDE
2013**

M386e Martins, Débora Lima

Educação ambiental: natureza humana em interação com a natureza natural a partir da implantação da plataforma P-55 na cidade do Rio Grande, RS / Débora Lima Martins. Rio Grande, 2013
79f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone dos Santos Paludo.

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA). Fundação Universidade Federal do Rio Grande

1. Educação ambiental. 2. Impacto socioambiental. 3. Plataforma. 4. Vínculos afetivos. I. Título.

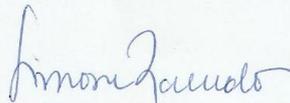
CDU – 504.75

Bibliotecária responsável: Patrícia Xavier Gonçalves – CRB 10/1064

DÉBORA LIMA MARTINS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NATUREZA HUMANA EM
INTERDIÇÃO COM A NATUREZA NATURAL A PARTIR DA
IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA P-55 NA CIDADE DO
RIO GRANDE-RS**

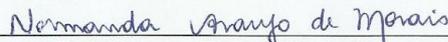
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Dr^a. Simone dos Santos Paludo
(Orientadora - FURG)



Dr^a. Ivalina Porto
(PPGEA/FURG)



Dr^a. Normanda Araújo de Moraes
(UNIFOR)

**Dedicado a todos os seres que
confiam na evolução da
humanidade e acreditam que o
bem possa se propagar sempre...**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente faz-se necessário agradecer a Deus e seus enviados divinos, guias espirituais que me iluminaram e me deram entusiasmo para continuar essa caminhada fazendo com que os percalços servissem apenas de lição.

Agradeço aos meus pais Clóvis Caniela Martins e Leonira Lima Martins, pelo carinho, amor, dedicação, encorajamento e compreensão, não só neste período, mas durante toda a minha vida. Em especial, destaco a presença importantíssima de minha mãe na elaboração desse trabalho. Obrigada por serem meus pais, são os melhores que eu poderia ter! Amo vocês!

Igualmente, agradeço ao Amor da minha vida, Gabriel Silva, pelo carinho, pela força, pela compreensão e pelo auxílio. Obrigada, meu anjo!

Agradeço aos meus familiares, principalmente a minha tia Tania Martins, ao meu primo Fábio Medeiros, pelo incentivo e pela ajuda. Sou grata especialmente a minha prima Letícia Martins pela presença indispensável nesta caminhada.

Agradeço a todos meus amigos(as) e aos meus/minhas colegas do Curso de Educação Ambiental que fizeram parte dessa jornada, em especial àqueles que colaboraram e foram coniventes na construção desta dissertação:

Camila Votto, Joana Agnoletto, Raquel Duarte, Alessandra Kosinski, Aline Duarte, Aline Kosinski, Cláudio Renato Moraes da Silva, Luciana Vega e Priscila Reis. Querido(as), obrigada por tudo!

Agradeço a Capes pela bolsa de estudos oferecida e aos trabalhadores do Polo Naval que participaram desta pesquisa.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, principalmente ao Professor Alfredo Martin e a Professora Elisabeth Schmidt, pelo auxílio, pelas contribuições no ensino das práticas teóricas e metodológicas e pela transcendência epistemológica que fizeram a diferença no meu estudo.

Agradeço muito a minha orientadora, professora Simone dos Santos Paludo por ter me dado esta oportunidade, pela compreensão, paciência, auxílio e dedicação. Obrigada!

Agradeço ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Gilmar Conceição pelos esclarecimentos e atenção nos momentos requeridos.

E finalmente agradeço a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Professora Vanessa Hernandez Caporlândia por todas colaborações a mim prestadas durante o curso.

“De tudo o que se escreve, aprecio somente o que alguém escreve com seu próprio sangue. Escreve com sangue e aprenderás que o sangue é espírito.”

Friedrich W. Nietzsche

RESUMO

A presente pesquisa tem o intuito de delinear e explorar os contextos em que se insere a Plataforma P-55, buscando descrever o perfil dos trabalhadores desse canteiro de obra e possíveis extensões. Para isso, o presente estudo tem como objetivo geral conhecer o sujeito ecológico, trabalhador, do sexo masculino, que migrou para o município do Rio Grande a fim de trabalhar na edificação da Plataforma P-55, no Polo Naval, onde se espera que ele retrate como é a vida de um trabalhador de grandes obras (TGOs), como é sua jornada de trabalho, quais são suas atividades, suas metas, como lida com a distância dos entes queridos, enfim, de que maneira se dá os impactos e as mudanças advindas de sua migração, quais são suas percepções e como se percebe diante do novo ambiente. As grandes obras têm atraído o olhar da academia, contudo, pouco se conhece sobre o impacto socioambiental que a migração desses trabalhadores desencadeia na vida dos mesmos e por ventura da comunidade local. Dessa forma, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 homens que migraram para Rio Grande para trabalhar no Polo Naval, mais especificamente na Plataforma P-55 que se instalou na cidade. Dentre os principais resultados, pode-se verificar que os trabalhadores são migrantes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e buscam no emprego melhores condições financeiras. Para isso vivenciam uma jornada de trabalho intensa e além disso, sofrem com a distância de suas famílias. Muitos pensam em continuar vivendo no município de Rio Grande se puderem seguir trabalhando e a grande maioria almeja evoluir profissionalmente. Sugere-se então que os trabalhadores estejam a par de seus direitos trabalhistas, o que abrange entre outras, salário, saúde e prevenção de acidentes, prezando o bem-estar.

Palavras Chave: Impacto socioambiental. Plataforma. Trabalhadores. Vínculos afetivos. Contextos. Interações.

ABSTRACT

This research aims to outline and discuss the contexts in which it operates the Platform P-55, describing the profile of this construction site workers and their extensions. For this, the present study aims to know the general subject ecological worker, male sex, they migrated to the city of Rio Grande in order to work in the edification of Platform P-55, in Naval Pole, where he is expected to portrays how the life of a worker works great (TGOs), as is his workday, which its activities, its goals, how it deals with the distance of loved ones, anyway, that way takes the impacts and changes resulting from their migration, what are your perceptions and as noted before new environment. Major works have attracted the eye of the academy, yet little is known about the environmental impact that these buildings bring to life the very workers / laborers. Thus, semi-structured interviews were conducted with 14 men who migrated to work in the Rio Grande in Naval Pole, specifically the Platform P-55 that settled in the city. Among the main results, we can verify that workers are migrants from Pernambuco, Bahia and Rio de Janeiro seek employment and better financial conditions. For this experience an intense workday and beyond suffer from the distance of their families. Many think to continue living here if they can continue working and most craves evolve professionally. It is then suggested that workers are aware of their labor rights, which include among others, salary, health and accident, preserving the welfare.

Key-words: Social environmental impact. Platform. Workers. Emotional links. Contexts. Interaction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: A INTERLIGAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHADOR DO POLO NAVAL.....	16
CAPÍTULO II: ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	22
2.1. PESSOA.....	23
2.2. PROCESSO.....	24
2.3. TEMPO.....	25
2.4. CONTEXTO.....	26
2.5. MICROSSISTEMA.....	26
2.6. MESOSSISTEMA.....	26
2.7. EXOSSISTEMA.....	27
2.8. MACROSSISTEMA.....	27
CAPÍTULO III: A VIDA DOS TRABALHADORES DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE.....	29
CAPÍTULO IV: OBJETIVOS DA PESQUISA.....	40
4.1. Objetivo geral.....	40
4.2. Objetivos específicos.....	40
CAPÍTULO V: MÉTODO.....	41
CAPÍTULO VI: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	45
6.1. Sujeito bioecológico - o trabalhador de plataforma.....	45
6.2. Migração para o Polo Naval do Rio Grande.....	46
6.3. Jornada de trabalho.....	48
6.4. Relação do trabalhador com a família de origem.....	49
6.5. As relações do trabalhador com o novo município.....	50
6.6. Como o município percebe o trabalhador.....	51
6.7. Substâncias psicoativas.....	57
6.8. Desafios do trabalho.....	58
6.9. Perspectivas futuras dos trabalhadores do Polo Naval.....	60
CAPÍTULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

ANEXOS.....	69
ANEXO A: Termo de consentimento livre e esclarecido para os trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande - RS.....	69
ANEXO B: Entrevista semiestruturada destinada aos trabalhadores da P-55.....	71
ANEXO C: Questionário 2 - Perguntas abertas.....	79

INTRODUÇÃO

Há mais ou menos dois séculos atrás, quando navegadores dirigiam-se à Colônia do Sacramento, pensaram que a embocadura da Lagoa dos Patos fosse a foz de um grande rio, assim denominaram essa terra de “Rio Grande”. Em 1737, o lugar passou a ser conhecido como Rio Grande de São Pedro ou São Pedro de Rio Grande, quando o Brigadeiro José da Silva Paes transpôs pela primeira vez, que se tem registro, a Barra do Rio Grande. No lugar, foi construído apenas um forte – o Forte Jesus Maria José –, pois de acordo com historiadores, as condições naturais do ambiente não eram boas para que nele fosse criada uma cidade. A partir desse feito, a Barra começou a ter uma grande concentração de navegação originando o desenvolvimento da cidade de Rio Grande, tornando-a uma cidade portuária. Em 18 de janeiro de 1996, o Porto de Rio Grande deixou de fazer parte do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, tornando-se uma autarquia, a Superintendência do Porto de Rio Grande, através da Lei Estadual nº 10.722¹.

O Porto de Rio Grande abrange as seguintes áreas: a margem do Canal Norte, todas as instalações portuárias terrestres incluindo o Porto Velho, o Porto Novo e a quarta Secção da Barra, envolvendo tudo que faz parte destes locais, inclusive os terrenos de Marinha e da União. Atualmente o porto, quando se trata de tráfego de contêineres, ocupa o lugar de segundo maior porto brasileiro e terceiro lugar quando se refere a transporte de cargas. Assim, o Porto de Rio Grande é crucial no que diz respeito à multimodalidade de todo estado sendo modelo para os países do Mercosul² (SILVA & SELLITO, 2008). Confirma-se também que o Porto de Rio Grande possui várias áreas e a agregação dessas áreas chama-se Polo Naval. Nessas áreas estão sendo estabelecidos estaleiros que têm como objetivo compor plataformas e navios de petróleo. No âmbito dessas obras se encontra o Estaleiro Rio Grande (ERG1), juntamente com o dique seco, onde são construídos navios e plataformas. É um lugar parecido com uma enorme piscina, onde o navio ou a plataforma entra e depois a água é totalmente

¹ Disponível em http://www.portoriogrande.com.br/site/sobre_porto_historico.php Acesso em 06 dez. 2012.

² HIDROVIAS, portos e aeroportos#Hidroviias Portos e Aeroportos. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/> Acesso em 04 dez. 2012.

retirada para que se possa ser feito o trabalho. O Polo naval também é composto pelos Estaleiros do grupo Wilson Sons e pelo estaleiro do consórcio Quip³.

O Porto do Rio Grande apresenta um grande fator de desenvolvimento regional, fato que o difere de outro porto em qualquer parte do mundo, que é a possibilidade de conexões hidroviárias navegáveis com os portos/terminais gaúchos, formando uma rede com mais de 2.000km. Não há outro grande porto marítimo brasileiro que se compare a ele nesse quesito. Além de possuir comprometimento com o meio ambiente e uma localização privilegiada devido à grande profundidade do Oceano Atlântico, o Porto de Rio Grande conta com algumas vantagens como, por exemplo, uma boa infraestrutura que possibilita qualquer tipo de operação logística, a adequação aos conceitos portuários internacionais, as tarifas mais competitivas do sistema portuário nacional, a ligação com o Rio Grande do Sul, com o Brasil, com os países do Mercosul e com outros países, permitindo acesso aos mais importantes portos nacionais e internacionais e ainda tem a possibilidade e espaço para crescer mais (COLLAZIOL, 2003).

O contexto da pesquisa vai representar o universo do Polo Naval, em especial da Plataforma P-55, a qual está instalada no Estaleiro Rio Grande (ERG1), no porto da cidade do Rio Grande, ao sul do Rio Grande do Sul, sob o aspecto do meio ambiente humano e natural de ocupação de pessoas externas. As plataformas foram instauradas no Brasil por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um plano do Governo Federal que visa incitar o aumento da economia brasileira através do investimento em obras de infraestrutura. O PAC foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007 e previu investimentos bilionários, da ordem de 503,9 bilhões, fomentados tanto por recursos da União como por recursos de empresas estatais e privadas⁴. Conforme o Portal Marítimo⁵:

Instalou-se no município de Rio Grande, no dia 16 de janeiro de 2012, por volta das 6h o casco da P-55. A plataforma é originária de Pernambuco e saiu de lá no dia 22 de dezembro de 2011. Veio puxada por dois rebocadores oceânicos deslocando-se a uma velocidade de 4km/h. Ao ingressar no porto, ancora no cais Sul, no Estaleiro Rio Grande (ERG1). Está passando por um processo de liberação alfandegária e está sendo preparada para o “mating”, que é união do deckbox com o casco para que a Plataforma seja instalada completamente.

³ O QUE é o polo naval? Disponível em http://www.portoriogrande.com.br/site/escolas_consulta_escolar.php Acesso em 06 dez. 2012.

⁴ PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pac.htm. Acesso em 25 abr. 2012.

⁵ (<http://portalmaritimo.com/2012/01/17/casco-da-p-55-chega-a-rio-grande> acesso em 25/04/2012.)

A P-55 é uma enorme plataforma semissubmersível e será a maior desse tipo construída no Brasil. Tal plataforma terá a capacidade de produzir 180 mil barris de óleo e 4,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia⁶. Diante dessa magnitude, é possível perceber o alto investimento financeiro e humano que está organizado em torno da plataforma.

Uma busca no Google Earth permitiu identificar as coordenadas geográficas dos locais onde estão instalados os estaleiros e localizar essas áreas na base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultando em um mapa da cidade que proporciona uma melhor visualização do local de trabalho desses operários (ver Figura 1).



Figura 1: Localização dos estaleiros em Rio Grande – RS.

O Estaleiro Quip corresponde ao lugar onde foi instalada a P-53 (primeira plataforma recebida pelo município do Rio Grande) e o Estaleiro Rio Grande (ERG1) representa o espaço destinado a P-55. Percebe-se que essas grandes obras necessitam de uma boa quantidade de

⁶ ZIEBELL, C. Plataforma P-55 chega a Rio Grande, no Sul do Estado. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=381925>> Acesso em 12 abr. 2012

mão-de-obra para poder suprir as demandas e fazer valer o investimento que nelas foram depositados. Mão-de-obra especializada que nem sempre existe nos locais onde a plataforma foi implantada. O trabalho bastante especializado que a plataforma exige favorece a migração de mão-de-obra de outros estados e/ou municípios. Nesse cenário, muitos homens migram temporariamente para os locais onde as plataformas estão sendo instaladas para ocupar postos de trabalho especializados e cumprirem uma longa jornada de atividades, onde o tempo de trabalho definirá sua estadia na cidade. Nesse período, os trabalhadores permanecem distantes de suas casas, de suas famílias e de tudo que estavam acostumados em suas vidas em busca de melhores condições de trabalho para futuramente ter uma melhor qualidade de vida. A distância das famílias e o isolamento social no contexto novo acabam por definir outros modos de vida. É possível pensar que esses homens podem se sentir sozinhos e atarefados, pois por alguns meses as suas vidas restringem-se ao trabalho, enquanto outros podem buscar um envolvimento na vida da comunidade local. Cerqueira-Santos e colaboradores (2009) publicaram um importante estudo intitulado “Os homens por trás das grandes obras do Brasil”. Tal estudo, financiado pelo Instituto Childhood e desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Sergipe e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscou identificar e caracterizar os canteiros de obras brasileiros. Os pesquisadores destacaram que esses canteiros representam tanto o espaço de trabalho como de convivência social, uma vez que a jornada de trabalho intensa acaba por restringir as opções de atividades e lazer. Pensando nesse cenário, nas fragilidades e vulnerabilidades da vida dos operários é que o presente estudo passou a ser delimitado.

A literatura tem se debruçado na discussão do impacto ambiental e socioeconômico das grandes obras. Uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações revela que temas como, por exemplo, o novo paradigma de gerenciamento do trabalho e da produção das atividades portuárias (Nascimento, 1999); a multimodalidade, a infraestrutura e as características das principais instalações portuárias do sistema portuário do Estado do Rio Grande do Sul, enfatizando o Porto de Rio Grande em virtude de sua localização e a grande importância econômica que agrega ao estado, podendo tornar-se o principal exportador do Mercosul (Silva & Sellito, 2008); o processo de privatização do porto de Santos (Oliveira, 2006); a importância econômica do porto de Rio Grande a partir do Mercosul (Silva & Vasconcelos, 2007); e a natureza jurídica do trabalhador portuário avulso (Ramoniga, 2008) são os mais comuns nos estudos relacionados aos portos brasileiros. Apenas quatro pesquisas

abordavam aspectos relacionados diretamente ao trabalhador do porto. Santos (2009) analisou as relações entre saúde e trabalho do trabalhador do porto de Santos; Barbosa Junior (2011) buscou avaliar a educação e oferecer a formação dos trabalhadores avulsos do mesmo porto. As outras pesquisas encontradas referiam-se aos trabalhadores do Porto do Rio Grande. Soares (2006) teve como objetivo avaliar o conhecimento que os trabalhadores avulsos sobre o risco à saúde no ambiente de trabalho e Blanco (2008) buscou medir os índices de atividades físicas e atividades de lazer dos trabalhadores avulsos a fim de avaliar a promoção de saúde desses trabalhadores.

Uma busca na biblioteca de Rio Grande identificou uma dissertação de mestrado que versava sobre a condição do trabalho feminino nas empresas que prestam serviço à Petrobras. Cardoso (2012) tratou de forma focalizada a condição feminina, o preconceito e a discriminação e o empoderamento das mulheres no Polo Naval. Quando essa busca se estende a artigos e outras publicações o número de produção fica ainda mais restrito. Contudo, foram encontrados alguns estudos locais que buscam analisar o impacto da ampliação do Polo Naval no município do Rio Grande. O estudo de Domingues, Carvalho e Carvalho (2012) discute amplamente o desenvolvimento regional promovido no município do Rio Grande com a implantação do Polo Naval e Offshore, Silva, Gonçalves, Carvalho e Oliveira (2012) também tratam do impacto do Polo Naval. No entanto, as discussões dos autores voltam-se para o crescimento do setor imobiliário mobilizado devido à migração de pessoas.

Diante desse cenário, foi importante recorrer a estudos que trabalham com temas e situações que se aproximam da realidade do trabalhador portuário. A questão da masculinidade dos trabalhadores de uma usina hidrelétrica foi o foco do estudo de Detoni (2010), que buscou investigar os processos de subjetivação relacionados à sexualidade dos trabalhadores que permanecem em alojamentos. O drama psicológico e as angústias a que são expostos os trabalhadores da construção civil por estarem longe de suas casas foi investigado por Borges e Martins (2004). Já Losicer (2001) pesquisou a depressão, o mal estar, o desespero, o confinamento e surtos psicóticos que podem levar o trabalhador das plataformas de petróleo ao óbito devido a pressões intensas e permanentes treinamentos. As precárias condições de moradias e o envolvimento com a exploração sexual e com as drogas foram fatores discutidos no estudo de Cerqueira-Santos et. al. (2009), sobre os trabalhadores de grandes obras. Os direitos trabalhistas, a segurança e a saúde do trabalhador da construção civil foram abordados por vários autores, entre eles Iriart et. al. (2008); Kelly-Santos e

Rozemberg (2006). E, por fim, foi escolhido o estudo de Silva (2011) que discute o destino de órfãos e enjeitados de Pernambuco, o sofrimento de rejeição daqueles que talvez jamais conheçam sua origem. Destaca-se essa pesquisa para mostrar que a migração dos trabalhadores, do Polo Naval, também pode acarretar situações de orfandade criadas não somente pela distância de suas famílias de origem, mas também, por esses trabalhadores permanecerem tempo suficiente no município da obra favorecendo a formação de uma família ou de uma nova família e igualmente poderão ter de se separar quando a obra tiver fim. Conseqüentemente alguns trabalhadores precisarão voltar para sua cidade natal ou seguirão para outro trabalho em outra localidade deixando pra trás seus filhos. O estudo de Silva (2011) mostra apenas um prisma do que poderá acontecer com crianças órfãs.

A escassez de estudos específicos sobre o trabalhador do Polo Naval justifica a necessidade de conhecer a pessoa, o sujeito ecológico que migra em busca de um trabalho, na maioria das vezes tão distante da sua cidade natal. Por esse motivo, esse estudo justifica-se pela necessidade de escuta do sujeito bioecológico trabalhador de plataforma, onde se espera que ele retrate como é a vida de um trabalhador de grandes obras (TGOs), como é sua jornada de trabalho, quais são suas atividades, suas metas, como lida com a distância dos entes queridos, enfim, de que maneira se dá os impactos advindos das mudanças originadas pela sua migração, quais são suas percepções e como se percebe diante do novo ambiente.

CAPÍTULO I

A INTERLIGAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHADOR DO POLO NAVAL

Para estudar o perfil do homem trabalhador do Polo Naval não seria cabível apenas vê-lo como um indivíduo isolado e sim como um sujeito-bioecológico, aquele que pensa, que tem sua própria cultura, suas percepções, está inserido num trabalho, numa comunidade, numa sociedade, possui um governante e acaba sendo instigado a se mudar e a se adaptar ao fim de cada obra concluída. Todos esses fatores compõem essa pessoa – o trabalhador do Polo Naval – e não somente um único fator. Essa amplitude de olhar advém da Educação Ambiental, que só existe se todos os elementos necessários para que uma pessoa, uma família, uma comunidade viva bem, estiverem caminhando juntos. Isso diz respeito à saúde, à educação, às políticas públicas, ao respeito, à dignidade, à conscientização, enfim, a todos aqueles fatores que culminam para o bem estar do ser. A Educação Ambiental percebe que em qualquer impacto estão inseridos e envolvidos todos os aspectos, inclusive o social. Portanto, a introdução das plataformas na cidade de Rio Grande, em especial a P-55, pode ser vista como algo de cunho social e socioambiental, que por ventura poderá ser nocivo para o município e para os envolvidos.

Essa teoria pode ser notada no Manual de Saneamento (2006), o qual revela vários itens que podem prejudicar nossa saúde e nosso progresso se não forem sanados adequadamente:

O conceito de saúde entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não restringe o problema sanitário ao âmbito das doenças. Hoje além das ações de prevenção e assistência, considera-se cada vez mais importante atuar sobre os fatores determinantes da saúde. É este o propósito da promoção de saúde, que constitui o elemento principal das propostas da Organização Mundial de Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)⁷(...)O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, de caráter não oficial, celebrado por diversas Organizações da Sociedade Civil, por ocasião da Conferência do Rio, reconhece a educação como um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto propiciar a reflexão, o debate e a autotransformação das pessoas. Reconhece, ainda, que a: “Educação Ambiental para

⁷ BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de saneamento*. 3. ed. rev. Brasília : Fundação Nacional de Saúde, 2006.

uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida” (p. 10 e 29).

Seguindo esse prisma, a Educação Ambiental está presente na vida e nas relações estabelecidas pelos trabalhadores da obra. Tais interações podem ou não ser saudáveis para os residentes do município e para si mesmos, durante o tempo em que permanecem no local da obra e também após sua partida, pois o meio em que eles estavam temporariamente será modificado e transformado por ações que poderão causar danos imensuráveis ao desenvolvimento humano.

Por isso, a Educação Ambiental tem como alvo fomentar o desenvolvimento de hábitos e atitudes saudáveis de respeito à natureza, onde nós seres humanos também estamos incluídos, desde a escola, a qual hoje tem como teoria a construção de uma sociedade democrática, tendo, dessa maneira, que dar sustento à capacidade crítica, dialética e de conteúdo que se relacione de forma direta ao real cenário que engloba o ser, buscando assim a constituição de processos que criem e desenvolvam a conscientização (CASTRO, 2009). Assim, a Educação Ambiental é categórica, no sentido de promover mudanças na humanidade, preservando e melhorando a qualidade dos ambientes.

A partir da visão interacionista será possível perceber as conexões e as desconexões entre os trabalhadores e as suas famílias, entre as pessoas com as quais eles se relacionam e irão se relacionar, a comunidade e toda a sociedade que está ao seu redor, identificando os fatores de risco presentes nessas relações e os fatores de proteção. Em consonância com essa proposta, a Educação Ambiental tem papel de destaque nas interações do meio, pois vê o equilíbrio social como cláusula indispensável para construção de políticas públicas que satisfaça a necessidade de todos. Desse modo a Educação Ambiental torna-se imprescindível na construção do desenvolvimento do meio ecológico ao qual fazemos parte, moldando os seres e tudo aquilo onde eles se inserem.

Segundo Layrargues:

A dificuldade de perceber o vínculo entre a questão ambiental e social é devida a uma questão de entendimento: desde que se cunhou o termo educação ambiental, o adjetivo “ambiental” foi predominantemente compreendido como sinônimo de “ecológico”. E assim se cristalizou um significado muito comum da educação ambiental: algo que diz respeito à ecologia, apesar de Tibilisi já dizer o contrário desde 1977... Só que “ambiental” é muito mais do que “ecológico”. Educação Ambiental não é sinônimo de “educação ecológica”, porque vai além do aprendizado sobre a estrutura e funcionamento, e abrange também a compreensão da estrutura e funcionamento dos sistemas sociais. E para complicar ainda mais, envolve a interação – material e simbólica – desses dois sistemas. Por isso que se

ouve falar da construção de sociedades sustentáveis, aquelas que são ao mesmo tempo ecologicamente prudentes, economicamente viáveis, socialmente justas, culturalmente diversas, territorialmente suficientes, politicamente atuantes. É o desafio da complexidade! Como entender as mútuas relações de causalidade entre os fatores ecológicos, econômicos, sociais, culturais, territoriais, políticos... realmente não é fácil. Afinal, não estamos acostumados a ver as coisas assim, ao contrário, tendemos a separar, dividir. É o paradigma cartesiano, que nos faz ver as coisas sem conexões. Ao analisarmos o mundo, simplificamos a compreensão da realidade, perdemos a dimensão do todo, e desconsideramos o contexto no qual o problema ambiental em questão está inserido (LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. (orgs.), p. 26)

Dessa forma, o debate sobre Educação Ambiental perpassa diferentes temas sociais, culturais, étnicos, pedagógicos, econômicos, governamentais e de políticas públicas, procurando estimular uma nova compreensão da realidade, unindo elementos, conceitos e epistemologias distintas que visam a um novo olhar sobre a complexidade dos temas. Ainda permanece a ideia de que a Educação Ambiental está impregnada da utopia de mudar radicalmente as relações que conhecemos hoje, sejam elas entre a humanidade ou entre as naturezas natural e humana, transformando-as em pacíficas e harmônicas. É verdade que isso é apenas um sonho de muitos educadores ambientais, mas é a partir de diálogos que possam ampliar e concretizar relações afetivas através de intervenções com o meio que se dá o primeiro passo para essa grande jornada.

Essas intervenções devem ser feitas de forma reflexiva, onde possam ser criadas novas oportunidades de re(posicionamento) da qualidade de vida e da dignidade dos seres deixando os cidadãos a par dos seus direitos e deveres. Para que isso ocorra é preciso saber como se dá e o que acontece nas regiões onde vivem as pessoas. Assim será possível trabalhar nesse espaço. É preciso provocar uma reabilitação da forma de pensar, onde possamos nos integrar mais com o meio sem nos desintegrar com nós mesmos, de forma a não perdermos nossa identidade. Esse é o caminho para que se faça Educação Ambiental. É válido considerar que os mesmos elementos que constituem a injustiça ambiental geram a injustiça social. Aqueles que estão vulneráveis, que vivem sob o risco do ponto de vista ambiental, em precárias condições, assim estão por que foram ou se colocaram em uma situação de exclusão social. Dessa forma, o equilíbrio social depende do equilíbrio ambiental e vice-versa. Essas noções de desigualdade social são muito significativas quando nos perguntamos por que existem pessoas que deixam suas casas, suas famílias e suas vidas e se deslocam para lugares muito distantes para ter um melhor sustento para si e para suas famílias. Essas pessoas procuram se

incluir cada vez mais na sociedade capitalista em que vivemos, para não ficarem à margem dela.

Segundo Carvalho (2006), a visão socioambiental baseia-se por uma complexa e interdisciplinar racionalidade, onde o meio ambiente é o lugar onde a cultura e a sociedade interagem. O ser humano não é visto como nocivo ao planeta e sim como um ser que pertence à natureza e que também é natureza, interagindo com ela sem causar impactos nefastos, podendo, dessa forma, instaurar a sustentabilidade. De fato, quando esses homens vêm trabalhar no município de Rio Grande, mais especificamente no Polo Naval, é originado todo um processo de transformação, de adaptação e um impacto socioambiental para a cidade e também para eles.

Faz-se necessário estabelecer alguns conceitos que designam o termo Educação Ambiental, em sua amplitude, já que o mesmo projeto advém do curso que obtém esse título. Conforme Reigota (2009), para que haja uma Educação Ambiental são necessários alguns objetivos: conscientização, levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global, de problemas conexos e de se mostrarem sensíveis aos mesmos; conhecimento, compreender como o meio ambiente global, a responsabilidade crítica e os problemas estão interligados; comportamento, identificar os valores sociais, o interesse pelo meio ambiente e a vontade de melhorar sua qualidade e protegê-lo. A competência, a capacidade de avaliação e a participação também são objetivos fundamentais para identificar e solucionar os problemas. Seguindo esse prisma, o presente estudo busca conhecer o trabalhador do Polo Naval e compreender as relações que ele estabelece com o município do Rio Grande.

Nessa mesma direção, Carvalho (2006, p.69) também revela seu conceito sobre Educação Ambiental:

Contribuir para a constituição de uma atitude ecológica caracteriza a principal aspiração da Educação Ambiental, pois ela está efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência do aprender. Uma aprendizagem que vai muito além do que apenas prover conteúdos e informações, gera processo de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos.

Carvalho (2006) reitera em seu conceito a relação intrínseca que há entre a formação do sujeito humano e o meio em que vive, mostrando que as interações e a capacidade cognitiva favorecem a aquisição de valores que não podem ser dispensados na criação de uma

sociedade que seja satisfatória em todos seus planos. Portanto, compreender o perfil dos trabalhadores dessa plataforma e as relações que eles estabelecem com o município pode evidenciar como a educação ambiental está incorporada nesse sujeito, afinal ele também é um sujeito ecológico em constituição e também é responsável por uma sociedade mais equilibrada do ponto de vista socioambiental. Não deixa de ser utópico debater essas questões e pensar na ressignificação da vida de tais pessoas, mas crê-se que alguma mudança positiva poderá ser promovida se essas situações começarem a ser tratadas. Assim, esse projeto vai rumo ao estudo da relação do ser humano e da sua melhor qualidade de vida.

Segundo Morin (1999), os seres humanos, indivíduos-sujeitos, são a única espécie que possui consciência e pensamento, sendo assim responsáveis pelo movimento rumo à destruição de si próprios. Logo, se uma situação desastrosa é originada, cabe às pessoas que a geraram encontrar a solução. Por isso, reconhecer tal deficiência é um grande passo para solucioná-la. A educação nada mais é do que uma cultura, um aprendizado que passa de geração em geração e que se aprende na sociedade, nas interações.

Conforme cita Loureiro (2009, p.60):

Nas antigas sociedades orientais, mesmo hoje diante de um cenário que leva a educação a se enquadrar no ideário liberal globalizado e, simultaneamente, a procurar se universalizar, há uma grande preocupação em se educar para preservar os costumes e se evitar a transgressão às normas, definidas a partir de rígidos sistemas religiosos e morais. Diferentemente das sociedades tribais em que o saber é difuso, nas civilizações orientais profundamente hierarquizadas e segmentadas, certos conhecimentos são privilégios de castas e elites religiosas e econômicas.

Bronfenbrenner (1996), unindo o interacionismo de Piaget e o sociointeracionismo de Vygotsky, também mostra que existem vários fatores que influenciam no desenvolvimento humano. Dentre eles, Bronfenbrenner destacou os fatores endógenos (ou inatos), aqueles que acompanham o ser desde seu nascimento, suas características internas e seus aspectos psicológicos, e os fatores exógenos, aqueles que o ser adquire por meio do ambiente em que vive, sua maneira de se relacionar, de se comunicar e de ser. Assim, a Educação Ambiental irá traçar os possíveis fatores endógenos para estudar o perfil desses trabalhadores de grandes obras transformando o modelo de desenvolvimento socioambiental atual com o intuito de que o ser humano se torne mais humano e assuma seu papel de sujeito bioecológico, compreendendo a constante interação que há em diversos níveis de relacionamento. Essa educação se mostra como um instrumento de ajuda e principalmente de reflexão, no qual a criatividade abre portas para o saber e o aprender dando ênfase à evolução da humanidade.

CAPÍTULO II

ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Na metade do século XX, Urie Bronfenbrenner destacou-se dos demais colegas sendo o principal teórico das teorias dos processos de desenvolvimento. Obteve liderança na tênue via que marcou a conexão entre pesquisa e prática, e teoria e aplicação (Bronfenbrenner, 2011). Segundo Bronfenbrenner (1996), é possível perceber a inter-relação em todos os ambientes da pesquisa a partir dos processos proximais mais significativos da pessoa até os mais afastados como a sociedade e a política. Para isso, Bronfenbrenner e Morris (1998) propuseram um modelo teórico denominado bioecológico que designa quatro núcleos interdependentes, respectivamente: Pessoa, Processo, Tempo e Contexto. Assim, a abordagem bioecológica compreende a pessoa e as relações diretas e indiretas que estabelece com todos os ambientes desde aqueles que estão próximos até aqueles mais afastados da pessoa, mostrando que as conexões e as desconexões que a pessoa está envolvida são importantes e a influenciam.

Bronfenbrenner (1996) conceitua o ambiente ecológico como o total de um todo que é formado por inúmeras partes onde uma depende e está ligada a outra, direta ou indiretamente. Entre essas partes estão incluídos também os seres humanos que se organizam e se reorganizam, sendo moldados e moldando o meio, o contexto no qual se inserem.

Segundo Yunes e Juliano (2010, p.5):

A interação da pessoa com o ambiente é caracterizada pela reciprocidade. A pessoa em desenvolvimento molda-se, muda e recria o meio no qual se encontra. O ambiente também exerce influência no desenvolvimento da pessoa, sendo este um processo de mútua interação (Bronfenbrenner, 1979/1996). Urie Bronfenbrenner concebe o ambiente ecológico, como uma série de estruturas encaixadas, em que cada peça contém ou está contida noutra.

Yunes e Juliano (2010) apontam que o desenvolvimento humano é uma questão muito ampla a ser estudada e pesquisada, pois para estudar a evolução de alguém será necessário perpassar por todas as relações possíveis que envolvem essa pessoa. Para explicar essas relações e as partes que formam o todo, Bronfenbrenner (1996) estabeleceu no final da década de 70 a abordagem ecológica do desenvolvimento humano e a reformulou junto a seu colega no final dos anos 80 (NARVAZ & KOLLER, 2004). De acordo com as autoras, Bronfenbrenner e Morris (1998) revisaram a proposta teórica e metodológica e propuseram

um novo olhar sobre a pessoa e os processos que essa estabelece no contexto, desenvolvendo o mapa ecológico conceituado de microssistema, de mesossistema, de exossistema e de macrossistema, conceitos que estão direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento da pessoa em questão. O desenvolvimento humano acontece através da união dos processos mais individuais, mais característicos da pessoa com o seu ambiente e juntos, esses processos e o ambiente, vão ao longo da vida propiciar transformações ao sujeito, privilegiando os aspectos saudáveis dessas mudanças. O estudo sobre desenvolvimento humano busca explorar o maior número possível de ambientes que influenciam a pessoa em foco, bem como outras pessoas com quem ela estabelece contato (Bronfenbrenner, 1996).

Segundo Bronfenbrenner, em um projeto de pesquisa, primeiramente faz-se necessário demarcar a pessoa em desenvolvimento. Então, investiga-se a forma com que ela se insere, se desenvolve e se relaciona nos ambientes que atua ativamente durante certo período. Nesse sentido, ao tratar de uma pesquisa de desenvolvimento bioecológico é absolutamente preciso e necessário averiguar as interações e as transições da pessoa focalizada com seus contextos, tentando perceber de que forma ocorrem seus processos proximais.

Sendo assim, a forma plausível para que o modelo bioecológico seja analisado deve ser pela interligação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o tempo e o contexto.

1) Pessoa

No presente estudo é possível definir o operário, trabalhador do Polo Naval, em especial o trabalhador da P-55, como a pessoa em foco. Portanto, de acordo com o modelo proposto por Bronfenbrenner e Morris (1998), para compreender a pessoa é preciso considerar as constantes transformações que são acarretadas ao longo de sua vida através dos processos proximais, como suas características pessoais, gênero, cor da pele, suas experiências de vida íntima e suas expectativas. Esses indicativos pessoais podem ser psicologicamente negativos ou positivos para a pessoa dependendo de como serão vistos pelos outros e pela sociedade. Para os autores, esses fatores podem impactar a maneira pela qual os contextos são experienciados pela pessoa, tanto quanto os tipos de contextos nos quais a pessoa se inclui. A cada nova atividade a pessoa influencia o novo ambiente e também é influenciada por ele. Ao estabelecer qualquer tipo de vínculo, estará sujeita a modificações entrando em contato não só com outras pessoas, mas igualmente com objetos e símbolos (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A maneira com que a pessoa absorve e reage a determinadas ocasiões resultará em algum tipo de impacto. O fato de os trabalhadores da P-55, pessoas em desenvolvimento, terem migrado para o município de Rio Grande resulta em diversos impactos, inclusive o impacto socioambiental que está sendo abordado através do perfil e das interações desses trabalhadores. Seguindo a proposta teórica, os autores afirmam que existem três tipos de propriedades da pessoa que irão nortear o rumo do seu desenvolvimento: as “disposições” envolvem um tipo de nomenclatura que designa se os processos proximais serão ativos e se terão continuidade; os “recursos bioecológicos” são aqueles que apontam aptidão, experiência e competência com o intuito que os processos proximais sejam realizados em determinada época do desenvolvimento e, por último, a “demanda” que dá ânimo ou desanima a pessoa diante de certas atitudes da sociedade para com ela, podendo fazer com que aumentem ou diminuam os processos proximais. Dessa maneira, pode-se dizer que a pessoa em foco é biopsicossocial, de forma que são abordadas suas características biológicas, ecológicas e aspectos sociais.

2) Processo

O processo, segundo o modelo bioecológico, está vinculado às interações que a pessoa estabelece com os ambientes, os papéis e as atividades diárias. Portanto, nesse estudo, o processo designa todas aquelas relações importantes que o homem trabalhador estabeleceu no seu local de origem (como o antigo trabalho, a família, os amigos e seu cotidiano) e aquelas relações que ele irá estabelecer com a nova cidade, com as pessoas, com o Polo Naval e com a plataforma (seu local de trabalho). Para que a participação ativa de atividades nos processos proximais seja realizada é preciso que esta ocorra em uma base sólida e constante e em longos períodos de tempo. Esses processos podem ser exemplificados através do vínculo dos trabalhadores com suas famílias, com seus filhos, com seu trabalho e com qualquer outro tipo de relação que se estabeleça por bastante tempo e que lhes forneça a oportunidade de experimentação e de crescimento. É necessário também que esses processos de interação ocorram de forma recíproca. No entanto, para que a inter-relação seja realizada é preciso que os objetos e símbolos que fazem parte do ambiente próximo despertem a afabilidade, a análise, a manipulação, a fantasia e a imaginação do ser em desenvolvimento (VEGA, 2011). Dessa maneira, o ambiente imediato dos trabalhadores é o Polo Naval, no momento em que

estão trabalhando no município de Rio Grande, pois a maioria é oriunda de outros estados brasileiros.

3)Tempo

O tempo foi compreendido por Bronfenbrenner (1996) como a medida de duração dos fenômenos e dos processos proximais, no sentido histórico. O tempo pode ser dividido em três dimensões, o microtempo que é o contínuo contra o descontínuo e insere-se em sistemas contínuos dentro do processo proximal; o mesotempo insere-se em estados periódicos de acontecimentos, como dias e semanas; e o macrotempo é direcionado para o tempo de expectativas, transformações e o modo em que ocorre o desenvolvimento do ser humano em variáveis ciclos de sua vida. (BRONFENBRENNER, 2011). Dessa maneira, o tempo designa um período em que acontecerão as mudanças e todas as fases e transformações que a pessoa deve passar para que se tenha um desenvolvimento. As mudanças não são somente exclusividades da pessoa, mas igualmente de segmentos da população. No presente estudo, o tempo estudado envolverá o tempo da transição ecológica, a qual sempre ocorre quando a posição de uma pessoa no ambiente ecológico se altera como resultado de uma mudança de papel e setting. O Polo Naval pode ser identificado como um evento histórico no município do Rio Grande que gera transformações diretas na vida dos trabalhadores e indiretas em toda a comunidade. O tempo nesse estudo também pode incluir a própria temporalidade das atividades dos trabalhadores que podem ter influência nas suas vidas e na vida das suas famílias.

O ambiente bioecológico é entendido como uma série de estruturas concêntricas, contextos que se encaixam e interagem, contendo o sujeito em desenvolvimento em seu interior. Ao passo que esse trabalhador migra para o município de Rio Grande para exercer a sua atividade de trabalho o seu contexto também se modifica. O contexto abrange tanto os ambientes mais próximos quanto os mais afastados, mesmo aqueles que a pessoa mantém uma ligação indireta, podendo nunca ter estabelecido contato, mas que dispõem de meios para influenciá-la. Para Bronfenbrenner (1996), a mudança no ambiente ecológico pode ser chamada de transição ecológica. Conforme o autor, sempre que a posição da pessoa for alterada, no meio ambiente ecológico, de forma que essa mudança implique em seu papel e/ou no ambiente ocorre uma transição ecológica. Sendo assim, a transição ecológica, na vida dos

trabalhadores da P-55 se dá a partir do momento em que eles saíram de sua terra natal, deixando seus entes queridos e suas casas para vir trabalhar em Rio Grande, no Polo Naval.

4)Contexto

Logo o trabalhador (pessoa), estabelecerá novos processos proximais com as pessoas, objetos e símbolos do município do Rio Grande e reorganizará os processos proximais com aqueles que permaneceram no seu município de origem, pelo menos durante o tempo em que durar seu trabalho e a sua estadia no Polo Naval. Sendo assim, o município do Rio Grande será o principal contexto de moradia desses trabalhadores e o Polo Naval o contexto de trabalho. Para tratar do contexto, Bronfenbrenner e Morris (1998) incluíram quatro níveis ambientais em um mapa ecológico: micro, meso, exo e macrossistema.

5)MICROSSISTEMA

O microssistema tem sido definido por Bronfenbrenner (1996) como um ambiente onde ocorrem as interações e os processos imediatos com outras pessoas, objetos e símbolos e estava até então representado pelas relações significativas “face a face” que o homem trabalhador havia estabelecido no seu lugar de origem. Nesse sentido, o microssistema estava caracterizado pelas relações que estabelecia com a sua família, com a sua cidade e com os papéis que exercia e que deixou temporariamente suspensos para trabalhar no Polo Naval. No entanto, no momento em que acontece a sua migração, sua transição ecológica para outro contexto, no caso o município do Rio Grande, o seu novo destino irá englobar temporariamente o seu microssistema e conseqüentemente o seu mesossistema.

6)MESOSSISTEMA

Bronfenbrenner (1996) afirma que o mesossistema é aquele que envolve as possíveis ligações de dois ou mais microssistemas que o operário irá estabelecer em seu novo ambiente. Trata-se de um sistema ou um conjunto de microssistemas. O trabalho no Polo Naval, a nova casa e os lugares onde o sujeito participa ativamente são microssistemas que caracterizam o mesossistema desse trabalhador. De acordo com o autor, como já mencionado, essa passagem onde novas relações são consolidadas é chamada de transição ecológica. Deve ser positiva e saudável ao passo em que a pessoa se sente segura e recebe apoio de suas relações

significativas, mas para o trabalhador que se afasta de sua família, de seus afetos mais próximos fica complicado estabelecer e sentir segurança e apoio nesse novo ambiente.

7)EXOSSISTEMA

O terceiro nível chamado exossistema envolve a relação entre dois ou mais sistemas, porém um deles não influencia de forma direta o desenvolvimento do ser, não o envolvendo diretamente por mais que ele faça parte de tal ambiente (Bronfenbrenner, 1996). O Polo Naval é um exemplo de exossistema para aquele trabalhador, pois foram acordos governamentais e políticos que trouxeram a implantação das plataformas para o município do Rio Grande e a possibilidade de trabalho que fez com que o trabalhador viesse buscar em uma nova cidade e/ou novo estado a garantia de sustento. Além disso, as posições tomadas pelas autoridades que comandam o Polo Naval e as plataformas não pertencem à vida do trabalhador, mas as decisões tomadas irão interferir no seu desenvolvimento. Dessa forma, as decisões não envolvem o trabalhador como elemento ativo de tais propostas e ideias, mas a sentença acarreta ou não mudanças para o mesmo. Dessa maneira, no exossistema o sujeito está presente no ambiente, que neste caso é o Polo Naval, mas não há possibilidade de interferir nas determinações finais desse lugar, não pode controlar ou ter ciência das ações de seus superiores antes de serem deferidas. Contudo, tais decisões interferem na vida do sujeito do mesmo modo que o sujeito altera esse ambiente, quando desobedece a alguma regra de trabalho. Por exemplo, ele pode estar intervindo formas nocivas a ele e a todos os colegas, inclusive aqueles que ele nunca tenha tido qualquer tipo de contato, como seus encarregados que interferem na vida desse trabalhador através de ordens que devem ser acatadas.

8)MACROSSISTEMA

O modelo bioecológico ainda sugere considerar os aspectos relacionados ao macrossistema. Bronfenbrenner e Morris (1998) definem que macrossistema envolve a cultura, as crenças, os costumes, os conhecimentos e as macroinstituições, enfim engloba todos os sistemas (micro, meso, exo). É importante frisar que a relação entre esses quatro níveis dinâmicos procede com lógica ao passo que para conhecer o sujeito ecológico - trabalhador do Polo Naval - é necessário estar a par dos sistemas aos quais ele está inserido.

Todos esses sistemas, esses níveis de interação, estão dispostos na vida do trabalhador do Polo Naval. A transição ecológica realizada pelo trabalhador exige uma nova adaptação a

diferentes sistemas. A temporariedade da vida dos trabalhadores no município de Rio Grande pode ser bastante exaustiva e limitada partindo do pressuposto que os homens que atuam em grandes canteiros de obras têm seu tempo restrito ao trabalho (ver Cerqueira-Santos et. al., 2009). Não sobrando muito tempo para o lazer. Somado a esse fato, muitos homens ainda acabam tendo que se submeter, muitas vezes, a precárias condições para sua sobrevivência, caracterizando uma interação basicamente com um fim prático e superficial.

CAPÍTULO III

A VIDA DOS TRABALHADORES DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE

Como Bronfenbrenner (1996; 2005) já salientou, cada mudança por mais simples que seja acarreta transformações, sendo algumas mais significativas que as outras, mas em todas nada permanece igual. Basta observar o tempo e as alterações que ocorrem no cotidiano a cada instante. O fato de conhecer um lugar nunca visto antes, pessoas novas e ambientes diferentes gera expectativas para todos, principalmente se esse ambiente for aquele em que a pessoa está em busca de novas condições de vida e de trabalho e que depende disso pra sobreviver. Os homens que migram para trabalhar em grandes obras acabam vivenciando essas transições ecológicas com maior intensidade.

Cerqueira-Santos e colaboradores (2009) entrevistaram 288 homens trabalhadores de grandes canteiros de obras nos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rondônia, com o objetivo de traçar o perfil desses homens. A média de idade encontrada entre os homens trabalhadores foi de 33 anos, sendo que a maioria afirmou ser casados (51,9%) e possuir filhos (66,3%). A escolaridade dos trabalhadores variou bastante, desde ensino fundamental incompleto (37,5), passando pelo ensino fundamental (21,2%) e ensino médio (20,8) um dos trabalhadores possui curso superior, de um total de (93,6%).

Os pesquisadores ressaltaram que a maioria dos trabalhadores deixam suas moradias e seus entes queridos temporariamente para obter melhores condições de vida. A necessidade financeira foi a principal motivação apontada por 21% dos entrevistados, seguido de busca de melhores condições de vida (16,8%), falta de outras oportunidades (16,5%), oportunidade de emprego (15,8%), influência de familiares e amigos para a atividade (12,9%). Interessante ressaltar que os autores informaram que o desejo pessoal de estar nessa atividade, que deveria estar em primeiro lugar, fica praticamente em último com 12,2% perdendo apenas para outras atribuições com 5,7%.

O estudo conduzido por Cerqueira-Santos e colaboradores (2009) apresenta ainda relatos dos trabalhadores, onde é possível identificar suas angústias e saudades, como pode ser traduzido através da seguinte fala: “Só de seis em seis meses a gente vai para casa e só tem dez dias pra ficar lá. Eles só pagam passagem de ônibus. São quatro dias pra ir e quatro pra voltar, daí sobram dois dias lá” (p. 8). De acordo com os achados, a distância da família aflige

em torno de 87,5% dos participantes. Outras preocupações também aparecem citadas como o risco de acidente de trabalho (55,9%), baixa remuneração (46,3%), falta de privacidade (31,6%), medo de ficar desempregado (30,6%), desconforto no alojamento (30,2%), jornada de trabalho pesada (26,7%), insegurança no trabalho (21,5%), mudanças constantes (20,8%) e a violência (19,1%). O estudo de Borges e Martins (2004) tratou dos trabalhadores de uma construção civil do Rio de Janeiro/RJ e teve como objetivo analisar a migração como propulsora do sofrimento psíquico dos trabalhadores, tornando-os trabalhadores vulneráveis às novas interações estabelecidas pelos novos ambientes. O afastamento dos seus e do seu ambiente natural proporciona ao trabalhador uma situação de estranhamento por estarem em terras desconhecidas, tendo que se adaptar aos modelos deste lugar, mesmo quando esse local não seja apropriado, pois eles necessitam passar, muitas vezes, por situações hostis, praticamente humilhantes para vencer seu trabalho. E isso tudo ainda longe daquilo que lhe traria segurança e tranquilidade que é a família. Os autores salientam que o fato de não saber quando poderão ter contato novamente com a família pode propiciar ainda um esgotamento físico e mental nos trabalhadores. Fato que pode colaborar de forma importante com o uso e abuso de álcool, aumentando ainda mais os riscos de acidente de trabalho, de desenvolvimento de doenças psicossomáticas e/ou doenças mentais. Os autores mencionam ainda:

Interessa-nos particularmente pensar acerca desses dispositivos de controle sobre o processo de produção da construção civil, tecendo uma reflexão que, implicando a migração, possa nos oferecer elementos para a construção de hipóteses concernentes às montagens que fazem os sujeitos a partir de suas particularidades formas de aprender o mundo onde eles estão inseridos. A massificação dos indivíduos em lugares e valores preestabelecidos e uniformizados, através da violência simbólica acarretada pela imposição social de regras, aliena as pessoas de suas potencialidades criativas, aniquilando as diferenças, assimilando o diferente, anulando-o, traduzindo-o em um já conhecido (BORGES; MARTINS, 2004, p. 131).

Portanto, a migração diz respeito à questão de fracionamento de identidade, no sentido psíquico. Dessa forma, a migração faz com que os referenciais conhecidos da pessoa fiquem no seu lugar de origem, separando-se, então, do sujeito que migra, desencadeando na pessoa um processo de desamparo e solidão, podendo tornar-se uma experiência de abandono (ibidem). Destarte, o estudo teve como resultado que a migração exerce grande culpa pelos sentimentos de carência afetiva e solidão. Pode-se perceber que há casos onde o trabalhador torna-se tão vulnerável que estabelece falsas alianças com seu encarregado, submetendo-se a humilhações e a certas regras como forma de fortalecer a união. Repara-se assim, a relação

psíquica que forma-se em algumas empresas que assumem um caráter paternal fazendo o trabalhador se sentir seguro e pensar não estar mais desamparado e em troca ele submete-se à qualquer exigência.

Para suprir determinadas necessidades, muitas vezes é preciso se sujeitar-se a certas ordens, mas é importante perceber se essas imposições nos tornam seres incapazes de viver com qualidade. Todos os lugares em que nos integramos possuem algumas regras e cabe a nós decidirmos o que é relativamente satisfatório. Condições de extrema submissão que podem causar quadros dissociativos não são saudáveis para ninguém, mas é preciso perceber que essas situações são, muitas vezes, uma questão de sobrevivência.

Outro autor também mostra que o distanciamento da família pode conduzir os membros trabalhadores afastados a quadros dissociativos. Losicer (2001) tem como objetivo na sua pesquisa tentar entender como aconteceu o acidente na Plataforma P-36 (considerada até então, a maior do mundo), a qual depois de várias explosões afundou na Bacia de Campos. O autor buscava algo por trás das falhas técnicas e de segurança, priorizando as falhas na subjetividade humana. Afinal, queria compreender como um acidente desse porte ocorreu justamente onde os trabalhadores eram os melhores e mais preparados, inclusive para prevenir acidentes, e não conseguiram impedir que a plataforma afundasse acarretando um total de onze mortos. O estudo realizou mais de trezentas entrevistas com os embarcados e encontrou uma realidade preocupante que revelou quadros depressivos, psicossomáticos e psicóticos dentre os trabalhadores, devido ao confinamento e a distância da família. Esses quadros não só fazem parte da vida dos embarcados como igualmente de seus familiares:

Ouvimos relatos, por exemplo, que descrevem um certo sentimento de estranhamento do filho diante do pai que volta para casa, até o ponto deste se tornar “invisível”, isto é: a criança se comporta como se o pai não estivesse presente não o vê... nem o escuta. Acontece quando pais, filhos e cônjuges não conseguem elaborar a alternância entre presença e ausência do pai e do homem. A dissolução de vínculos familiares acontece com uma frequência muito maior do que se registra entre o pessoal em terra. A incidência de separações é maior e, em casos extremos, o tal desligamento subjetivo da família deflagra um “abandono súbito”, ou seja, o embarcado simplesmente desaparece de sua família e de seu meio social (LOSICER, 2001, p.3).

Embora a realidade de trabalhadores de grandes obras seja bastante específica, acaba sendo muito similar à condição dos trabalhadores de embarcações, que passam longos períodos distantes de seus familiares. O intervalo de tempo que o embarcado fica longe de sua família e de sua terra possui reações muito mais fortes do que aquele confinado em terra, que

tem a liberdade de poder sair de seu local de trabalho e de seu alojamento. Assim, percebe-se que o fato de o trabalhador estar em alto mar o torna mais vulnerável a transtornos psicológicos não minimizando a desagregação daquele trabalhador que está em terra. Não poder acompanhar o crescimento de seus filhos, por exemplo, é péssimo para ambos trabalhadores, mas a distância do trabalhador, que não está embarcado, pode ser confortada por algum tipo de comunicação (fotos, telefone, e-mails, cartas...), diferentemente do trabalhador que está enclausurado em alto mar, muitas vezes, sem comunicação alguma com o restante da população.

Destacam-se também relatos sobre a grande pressão que se estabelece nesses trabalhadores. O estudo mostra que os acidentes são ocasionados não pela falta de treinamento e estudo dos operários, mas sim pela pressão psicológica a que são submetidos podendo acarretar inúmeras avarias:

Alguns destes relatos descreviam uma peculiar reação diante do toque de alarme real, que nós chamamos de “reação paradoxal”, que destacamos agora por ser especialmente interessante para relacionar na nossa indagação sobre o acidente da P-36. A reação paradoxal acontecia quando o embarcado reagia de forma exatamente ao contrário ao esperado, ou seja, declarado o acidente, de forma inexplicável, corria em direção ao perigo. Só podíamos entender essa reação paradoxal como a posta em ato de primitivos impulsos psíquicos inconscientes (tal como: inversão de sentido, contradição, contrafobia, autoagressão...), semelhante aos que nossa clínica nos mostra só nos casos mais graves. Pela nossa hipótese o embarcado ficava exposto a esse tipo de reação só depois de ter passado pelo exaustivo desgaste subjetivo relatado como “saturação”. Tínhamos que entender que, independente da magnitude do acidente, era a tal saturação a que tornava os treinamentos de segurança ineficazes (LOSICER, 2001, p.5).

Além dos trabalhadores sofrerem com os agravantes desfavoráveis na sua vida pessoal e profissional, como os citados acima, ainda existe mais aspectos negativos como o preconceito evidenciado a seguir.

Outro estudo intitulado “Seguir barragem: (re-des) construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica”, de Priscila Pavan Detoni (2010), destacou que os canteiros de obras por si só favorecem a construção de estereótipos sobre os trabalhadores. Detoni (2010) evidenciou que as edificações provocam mudanças sociais relevantes. Ao acompanhar o trabalho nas construções, a autora constatou que quando iniciadas as obras houve um crescimento significativo da polícia na localidade. Tal situação foi justificada devido ao aumento populacional provocado pelo canteiro de obra. De fato, essa seria uma questão lógica se não fosse o argumento de que essa proteção policial indicaria segurança apenas para os habitantes da região, deixando subentendido que o perigo estaria

nos trabalhadores da usina, mostrando nada mais do que uma visão preconceituosa para com esses operários.

Consoante Detoni (2010, p. 26):

Todo processo de construção implica também em uma desconstrução ou reconstrução do seu espaço, tanto físico quanto cultural, como é o caso das modificações produzidas desde as escavações rochosas até a mobilização de trabalhadores/as para construir uma usina hidrelétrica. O aumento da população nos municípios mais próximos à obra gerou uma demanda e uma circulação maior tanto de pessoas quanto de produtos de compra e venda. Além de uma demanda produzida em outros quesitos, como saúde, segurança, educação. Mesmo que existam algumas instalações dentro do canteiro de obras, na cidade temporária, para auxiliar e suprir parte destas demandas.

Detoni (2010) também buscou investigar as subjetivações das masculinidades e sexualidades de trabalhadores que permanecem em alojamentos nos canteiros de obras. Esse estudo traçou um panorama geral do masculino, onde ainda hoje prevalece a ideia de que para ser homem é necessário ter atribuições ditas masculinas como, por exemplo, exercer atividades que exijam força ou que sejam perigosas. Esses conceitos vão de encontro à pluralidade identitária, onde o gênero é definido pela atividade laboral e pelos signos que constituem uma pessoa não a limitando devido ao fato de ter nascido homem ou mulher.

Igualmente, segundo Detoni (2010, p. 67):

As identidades masculinas foram construídas sob um modelo tradicional de virilidade que imperava inquestionável até bem pouco tempo. Essa formação identitária, contudo, ignorava as necessidades afetivas identificadas como femininas, e valorizava algumas características, como a competitividade, a preocupação com o desempenho, a autoridade, a dominação e a opressão.

Pode-se perceber que a questão é dirigida para a linearidade entre sexo, gênero e desejo, onde o gênero e a sexualidade se dão a partir da construção social. Também, interpreta-se que o gênero vem em primeiro lugar como compreensão de um corpo e este vai além do natural e do biológico. O poder por sua vez, encontra-se em cada corpo e não apenas em um conjunto de corpos.

No estudo de Cardoso (2012) também é abordada a questão do gênero. A temática explorada envolveu a condição do trabalho feminino no Polo Naval de Rio Grande, tendo como objetivo compreender as experiências das trabalhadoras de acordo com a divisão sexual do trabalho, o preconceito e a questão do poder. As trabalhadoras falaram sobre a dificuldade de inserção no Polo Naval, pois ainda existem pessoas que pensam que o Polo é um lugar

designado para trabalhadores do sexo masculino. Assim, as mulheres acabam por experimentar atitudes preconceituosas como o uso de estereótipos femininos pautados na cultura sexista. A autora utilizou como instrumento um questionário fechado onde participaram gestores públicos, empresas prestadoras de serviços à Petrobras e trabalhadoras. O superintendente do Porto de Rio Grande na época da entrevista, juntamente com os secretários da Prefeitura Municipal do Rio Grande, mostraram que não têm muito conhecimento sobre a condição de trabalho feminino e sobre o Polo Naval, contudo evidenciaram uma preocupação com a migração de trabalhadores que possuem qualificação para trabalhar no Polo Naval ocupando empregos dos moradores de Rio Grande, uma vez que os trabalhadores locais não possuem mão-de-obra qualificada. Nem todas as empresas tiveram respostas positivas diante da solicitação da pesquisa. Cardoso (2012) enfrentou alguns problemas para acessar o público alvo do estudo. A Quip e Embrasmaq não responderam os questionamentos do estudo. O questionário passou pelos recursos humanos da empresa Ecovix/Engevix e não foi aprovado. A Petrobras e IESA responderam vinte e dois (22) questionários. A pesquisadora precisou acessar informalmente as mulheres em frente ao Polo Naval o que dificultou a realização das entrevistas. Ao fim, depois de alguns contratemplos, foram validadas nove entrevistas que obtiveram os seguintes resultados: 47% das entrevistadas são casadas, 50% são solteiras e 3,3% divorciadas. Dentre as participantes, 61,2% não possuem filhos, sendo que dentre aquelas que afirmaram ter filhos 2,5% possuem de 1 a 2 filhos e 13,8% possuem entre 4 e 5 filhos. O nível de escolaridade das trabalhadoras é alto, 64% possuem curso superior, 17% curso técnico, 14% ensino médio e 5% ensino fundamental.

Entende-se que a profissão é satisfatória como pode confirmar a fala de uma trabalhadora:

Esta profissão dá dinheiro, me encontrei como soldadora uma satisfação pessoal, é difícil explicar em palavras. Gosto do salário, mas também gosto de mostrar que sou capaz de fazer qualquer trabalho. Acredito que todas as mulheres que queiram podem trabalhar em qualquer lugar, mesmo quando dizem que lá é lugar de homem. Hoje em dia isso não existe mais e se existe tem que acabar. Olha eu lá feliz da vida (rsrsrsrs), meu salário melhorou muito, e isso é importante. Também gosto de dizer que trabalho no Polo Naval as pessoas te respeitam é Status trabalhar lá (CARDOSO, 2012, p. 78. Entrevistada E).

Apesar do entusiasmo com o ofício muitas mulheres vivenciam cenas constrangedoras e desagradáveis que as deixam acuadas em um território majoritariamente masculino.

Sou uma pessoa bem resolvida, me cuido, tenho um pouco de medo de assédio, afinal tem muitos homens de tudo que é tipo. Tem muito homem, tenho que tá me cuidando, tem muito peão, eles ficam sempre de brincadeira. Tenho que ficar quieta para impor respeito. Eles nunca me falaram nada, mas é sempre bom se cuidar (CARDOSO, 2012, p. 89. Entrevistada C).

A questão da sexualidade igualmente é averiguada no estudo de Cerqueira-Santos et. al. (2012) sobre o prisma da exploração sexual. Essa pesquisa visa avaliar a existência da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) pelos trabalhadores de grandes obras (TGOs). Participaram da pesquisa 288 trabalhadores, que tinham em média 33 anos de idade, 51,9% afirmaram ser casados enquanto 48,1% informaram ser solteiros. Os entrevistados afirmaram possuir renda de aproximadamente dois salários mínimos nacionais e disseram estar satisfeitos, pois com o baixo nível escolar que possuem não conseguem arrumar outro emprego que pague mais, sendo que 1,4% dos trabalhadores sabem ler, mas não foram à escola, 1,4% são analfabetos, 58,7% possuem ensino fundamental, 33,6% têm ensino médio e 4,8% possuem ensino superior completo. Os trabalhadores apresentaram um nível alto de envolvimento indireto com a exploração sexual. Dentre os principais resultados encontrados, pode-se identificar que 97,2% disseram haver exploração sexual nas obras por onde passam, 84,5% afirmaram que há meninos e meninas em situação de exploração, 97,2% relataram que têm colegas que saem com prostitutas e 66,9% têm colegas que saem com menores de idade. De acordo com as próprias experiências, os entrevistados relataram que 56,7% saem com prostitutas, 25,4% já saíram com menores de idade que fazem parte do comércio sexual e 57,3% presenciaram e/ou presenciam crianças e adolescentes em situação de exploração sexual nos canteiros de obras. Nota-se que existe uma valorosa porcentagem de exploração sexual de crianças e adolescentes nos canteiros de obras, evidenciando a vulnerabilidade desses espaços para as violações de direitos de crianças e adolescentes, assim como violação de direitos humanos fundamentais e direitos trabalhistas.

As condições do trabalho sobre o prisma da saúde e dos direitos trabalhistas também implicam no bem-estar dos funcionários. A pesquisa de Iriart, Oliveira, Xavier, Costa, Araújo e Santana (2008) busca explorar as representações e percepções do trabalho informal e dos riscos à saúde que os trabalhadores estão expostos, bem como deixar os trabalhadores formais e informais a par dos seus direitos, construindo políticas públicas que contemplem a sua saúde e a sua segurança. Para isso, no estudo em questão, foram entrevistadas nove trabalhadoras domésticas e oito trabalhadores da construção civil. Os autores constataram que os trabalhadores informais são submetidos à remuneração abaixo do que é legal, não possuem

segurança nem medidas de prevenção de acidentes, ficando expostos a riscos de saúde. Na classe dos trabalhadores informais prevalece a baixa ou falta de escolaridade; a cor da pele é predominantemente negra ou mulata e grande parte deles, migra de pequenas cidades ou do campo para tentar uma melhor condição de vida nas grandes cidades. A maioria desses trabalhadores começam a trabalhar bastante novos, muitos trabalham informalmente desde crianças e acabam não tendo tempo para estudar e muito menos para estar consciente dos seus direitos trabalhistas. Já dentre os trabalhadores que possuem carteira assinada, a realidade é um pouco diferente. A maior parte dos trabalhadores tem, no mínimo, ensino médio e se sentem seguros no trabalho, pois conhecem e garantem seus direitos trabalhistas, além do fato de possuírem uma autoestima mais elevada do que os trabalhadores informais. Contudo, nos dois tipos de trabalho os trabalhadores não se preocupam com os acidentes de trabalho, dizem que é normal e não procuram seus direitos. O que colabora com a negligência dos patrões e das empresas.

O direito dos trabalhadores a um trabalho formal, com carteira assinada, onde os trabalhadores possam dispor de todos seus benefícios legais, como o bem-estar e a saúde, são indispensáveis na vida digna de qualquer cidadão. No estudo de Kelly-Santos e Rozemberg (2006), participaram da pesquisa dois grupos de trabalhadores da construção civil em dois canteiros de obras no Rio de Janeiro. Foram quatro encontros e cerca de doze trabalhadores compuseram cada encontro. Através de impressos educativos com conteúdos voltados para a saúde, utilizando como técnica grupos para discussão, o objetivo do estudo foi a saúde do trabalhador. Assim, o trabalhador é visto como sujeito ativo nos processos entre saúde e doença, colocando o trabalho como indicador do bem-estar ou não. O estudo prioriza a saúde, que é derivada da segurança, que resulta em melhores condições de vida, na prevenção de acidentes e no conhecimento dos direitos trabalhistas. Para os autores, a condição de trabalho deve estar diretamente ligada a instalações físicas apropriadas como, por exemplo, refeitórios, dormitórios, sanitários e local destinado à lavanderia. Já a segurança no trabalho implica a informação ao trabalhador do uso do equipamento de proteção. Os resultados da pesquisa foram positivos, pois os impressos propiciaram a inclusão dos trabalhadores fazendo com que eles adquirissem conhecimento sobre. O material utilizado envolvia itens educativos e interativos, o que facilitou o entendimento dos participantes. Dessa forma, a exploração desses materiais auxiliou a negociação de diversas maneiras de viver e conviver dos grupos. Assim, percebeu-se que esse tipo de comunicação foi bastante eficaz para o entendimento do

tema, pois foi uma interação baseada no diálogo, onde a opinião de cada participante foi exposta podendo ser modificada de acordo com cada argumento.

A saúde é bastante ampla e necessita ser observada periodicamente para que o ser, o trabalhador, não venha correr riscos, inclusive de morte. A atividade física como promoção da saúde é um importantíssimo item que leva o trabalhador a um melhor estado de saúde. Blanco (2008) desenvolveu um estudo que teve como objetivo avaliar o grau de atividade física como provedora da saúde de trabalhadores portuários avulsos (aquele trabalhador que não possui vínculo empregatício, atuando eventualmente no trabalho) do Porto de Rio Grande. Participaram da pesquisa 835 pessoas, as quais estiveram presentes nas escalas de trabalho durante o mês que foi utilizado como referência. Desses trabalhadores, foram escolhidos, sem critério de avaliação, 312 pessoas, onde 291 foram reais participantes do estudo. Os dados foram coletados através do Questionário Internacional de Atividade Física (QIAF) e medidas corporais. O estudo mostrou que a maioria das pessoas – de um modo geral, não somente os trabalhadores – vivem de forma inativa e sem o hábito de praticar esportes. De acordo com os autores, a comodidade e a falta de tempo a que a população está fadada hoje em dia fortalece o sedentarismo propiciando o aparecimento de doenças ligadas aos sistemas cardiovascular e respiratório. Portanto, o meio ambiente de trabalho influencia a saúde do trabalhador. As relações que a pessoa estabelece no seu local de trabalho, o grau de valorização que possui e as vantagens sociais a que está propenso o trabalhador, incluindo atividades físicas, são elementos que estimulam o processo de equilíbrio físico e mental do ser.

Pode-se perceber com o estudo que 80,1% dos trabalhadores portuários são pessoas ativas do que diz respeito à atividade física e 19,9% são considerados sedentários. O fato de os trabalhadores estarem há bastante tempo nessa atividade, talvez por causa do salário que gira em torno de 8 a 10 salários mínimos nacionais, culmina com hábitos mais saudáveis, pois dependendo do posto, por si só o trabalho já propicia a atividade física. Outro fator relevante para a saúde que se pode perceber na pesquisa são os hábitos dos participantes, uma vez que 38,1% nunca fumaram, 28,9% são ex-fumantes e 33,0% são fumantes. Contudo, 25% fazem uso de bebida alcoólica mais de uma vez por semana e dentre aqueles que bebem 20% consomem seis ou mais doses juntas ao menos uma vez por mês. Foi constatado ainda que 22 pessoas entrevistadas (7,6%) usam drogas ilícitas. Dos trabalhadores portuários avulsos, 2/3 tomam café da manhã e fazem três refeições principais diárias, cinco ou mais vezes por semana. A carne vermelha é consumida entre 98,3% dos trabalhadores, 33% tomam leite e

35,2% fazem uso de gorduras, cinco ou mais vezes por semana. Em relação ao consumo de frutas e vegetais, 57% consomem vegetais e 53,3% consomem frutas durante cinco ou mais vezes por semana. Consta-se, então, que aqueles trabalhadores que fazem atividade física, têm bons hábitos alimentares, mesmo ingerindo de vez em quando bebida alcoólica e consumindo gorduras, possuem mais chances de não estabelecer comportamentos de risco como stress e doenças físicas. Soares (2006) é outra autora que também se preocupou com a saúde do trabalhador portuário avulso do Porto de Rio Grande. Ela buscou averiguar se os trabalhadores estão a par dos riscos à saúde recorrentes do ambiente de trabalho. A partir de meados do século XX, na Inglaterra, emergiu a medicina do trabalho que tinha como meta zelar pela saúde do trabalhador, com o intuito de fazer com que o funcionário produzisse cada vez mais. A partir da recomendação 112 da Organização Internacional do Trabalho, a medicina do trabalho foi encarregada de proteger os trabalhadores de qualquer risco de saúde advindo do processo trabalhista, sendo que os médicos passaram a ser responsáveis por ajudar o trabalhador a manter uma adequação física e corporal saudável, colaborando assim com a instauração do bem-estar físico e psíquico dos trabalhadores. De acordo com essa proposta, o estudo de Soares selecionou ao acaso 306 trabalhadores para participarem de um estudo exploratório em “roda” onde responderam uma entrevista de forma verbal. Vários temas foram abordados na entrevista, a saber: uso de equipamento de segurança, riscos à saúde, acidentes de trabalho e enfermidades derivadas da ocupação. Dentre os resultados encontrados, podem-se identificar situações relacionadas ao equipamento de segurança, sendo que 298 (97,38%) relataram usar luvas, 305 (99,67%) usavam capacete e botinas, 284 (92,8%) faziam uso do protetor auricular e 288 (94,1%) usavam protetor ocular. Acerca do risco à saúde, foi identificado que 286 (93,46%) estão expostos a riscos no trabalho e 20 (6,54%) dos trabalhadores portuários desconheciam riscos existentes. Dentre os 306 trabalhadores que participaram da pesquisa, 45 (14,71%) afirmaram que já vivenciaram nos últimos doze anos, acidentes de trabalho. Ao analisar os dados relacionados a doenças derivadas da ocupação, os autores identificaram que 220 (71,90%) trabalhadores relataram ter desenvolvido infecções no sistema osteoarticular, 127 (41,50%) desenvolveram problemas mentais, 64 (20,92%) ganharam doenças gastrointestinais, 67 (21,90%) apresentaram distúrbios no sistema auditivo, 64 (20,92%) desenvolveram problemas respiratórios, 32 (10,46%) informaram problemas dermatológicos, 64 (20,92%) são portadores de doenças no

sistema genitourinário, 58 (18,95%) sofrem de distúrbios no aparelho circulatório e 3 (0,98%) não souberam informar se possuem alguma doença derivada do trabalho.

Em suma, percebe-se que a vida dos trabalhadores possui muitas vulnerabilidades, principalmente quando esse homem está exposto à migração, pois além de permanecer afastado por determinado período de suas raízes, ainda tem a chance aumentada de adquirir doenças físicas e psíquicas através da pressão do trabalho. O trabalhador também fica exposto a riscos de morte por causa dos acidentes que permeiam o seu ambiente de trabalho. Por esse motivo, é tão importante conhecer o perfil do trabalhador, suas atividades no trabalho e em sua vida pessoal, suas percepções e suas perspectivas futuras, pois somente assim poderão ser identificadas as suas carências, seus problemas e as potencialidades que promovam uma condição de vida mais saudável.

CAPÍTULO IV

OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer o trabalhador que migrou para o município do Rio Grande a fim de trabalhar na edificação da Plataforma P-55, no Polo Naval.

4.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos o estudo buscará:

- Conhecer o perfil do trabalhador da Plataforma P-55 e suas características socioambientais;
- Identificar a sua jornada de trabalho;
- Averiguar os desafios de seu trabalho;
- Investigar a relação que o trabalhador possui com a sua família;
- Verificar suas atividades de lazer;
- Conhecer as suas experiências sexuais e as possíveis relações afetivas estabelecidas no novo contexto;
- Investigar as percepções dos trabalhadores sobre o município;
- Averiguar as percepções dos trabalhadores sobre como são vistos pelos moradores do município;
- Buscar conhecer as relações e as interações que o trabalhador estabelece com as pessoas da cidade;
- Identificar as perspectivas de trabalho futuro do trabalhador da P-55.

CAPÍTULO V

MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, cujo objetivo principal é conhecer o trabalhador que migrou para o município do Rio Grande - a fim de trabalhar na edificação da Plataforma P-55, no Polo Naval.

1. Contexto da pesquisa: Situa-se na Cidade do Rio Grande R/S, no Porto de Rio Grande, onde encontra-se o Polo Naval do Porto de Rio Grande, no qual está inserido o Estaleiro Rio Grande (ERG1) que é responsável pela construção de navios e plataformas de petróleo, onde foi construída a Plataforma P-55, que representa o cenário da presente pesquisa. As empresas Quip e Ecovix/Engevix localizam-se na cidade de Rio Grande, a Quip foi responsável pela construção da primeira plataforma que se instalou no município, a P-53 e a Ecovix/Engevix, é uma empresa de construções oceânicas que ganhou a licitação para construir oito cascos de plataformas de petróleo. As duas instituições prestam serviços à Petrobras e é para trabalhar nessas empresas que muitos trabalhadores migram de outros estados para obterem melhores situações financeiras.

2. Formação da equipe de pesquisa: A equipe de pesquisa foi formada por 7 estudantes da Universidade Federal do Rio Grande. O primeiro momento envolveu o treinamento teórico e metodológico necessário para que os questionamentos aos trabalhadores pudessem ser concebidos. Leituras e grupos dirigidos foram conduzidos com os estudantes a fim de esclarecer o tema da pesquisa e a aplicação do questionário. Simulações das entrevistas foram realizadas a fim de padronizar a aplicação. Questões éticas também foram alvo de discussão dentro do grupo, uma vez que o preconceito e o constrangimento poderiam emergir durante as perguntas do questionário. Sendo assim, após quatro meses de preparação a equipe estava apta a entrevistar os trabalhadores do Polo Naval.

3. Participantes: Participaram 14 homens trabalhadores da Plataforma P-55. Foi considerado critério de inclusão aqueles trabalhadores oriundos de outros estados para exercer atividades temporárias na P-55, instalada no município do Rio Grande. Todos os participantes

foram convidados a participar do estudo. Sendo participação voluntária, os entrevistados poderiam negar-se a participar da entrevista ou desistir em qualquer fase da mesma.

4. Procedimentos éticos: Esta pesquisa fundamenta-se nas preocupações éticas e metodológicas discutidas nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 196/96). Para tanto, em um primeiro momento foi solicitada a devida autorização do Comitê de Ética dessa universidade. Logo após foram contatadas as empresas responsáveis pela contratação dos trabalhadores. Nenhuma das empresas consultadas aprovou a entrada da pesquisadora no Estaleiro. Depois de inúmeras tentativas mal sucedidas com a Petrobrás e as empresas que prestam serviço a ela – Ecovix/Engevix e Quip – novos planos e novas estratégias metodológicas para a coleta de dados passaram a ser construídos.

Diante da impossibilidade de formalizar o contato com os trabalhadores dentro do local de trabalho, a pesquisadora e a equipe passaram a contatar os trabalhadores em frente ao Polo Naval, ante aos portões do Estaleiro Rio Grande (ERG1) em seus momentos de intervalo, na troca de turno (horários de entrada e saída desses homens). Todos os homens abordados foram convidados a participar do estudo. Frente a uma resposta positiva, o consentimento livre e esclarecido era lido e assinado pelo participante (ANEXO A).

Havia sido planejado entrevistar 150 homens, no entanto, essa proposta não pode ser concretizada em função de uma série de fatores externos (exossistêmicos). O tempo de espera para a autorização que não veio fez com que a coleta de dados iniciasse apenas no mês de novembro de 2012. As visitas ao Polo Naval em diferentes horários nem sempre tiveram sucesso, pois muitos trabalhadores acabavam não aceitando participar da entrevista, uma vez que para responder as questões da pesquisa precisariam trocar seus enxutos períodos destinados à refeição e ao descanso para serem entrevistados. A greve na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), na metade de 2012, também comprometeu a coleta de dados, quando a equipe que iria realizar as entrevistas ficou impossibilitada de contribuir, pois havia retornado às aulas exatamente na mesma época dificultando a identificação de horários livres e inibindo a ida ao Estaleiro. Assim, apenas duas duplas tiveram a oportunidade de entrevistar os trabalhadores, sendo totalizadas duas visitas em dupla e doze individuais. Somado a esses fatores, o prazo de finalização do mestrado estava se aproximando. Em janeiro de 2013,

portanto, optou-se por finalizar as entrevistas e trabalhar com o número alcançado até o momento final.

5. Instrumentos e procedimentos: Foi utilizada uma adaptação da entrevista semiestruturada organizada por Cerqueira-Santos et. al. (2012). A entrevista adaptada foi composta por 60 questões com objetivo de levantar informações sobre o perfil desses homens (idade, características sociodemográficas, configuração familiar) e compreender as relações estabelecidas com o trabalhador na P-55 e com o município do Rio Grande (ANEXO B). Havia um segundo questionário com 17 perguntas abertas que só seria usado caso a questão 43 do primeiro questionário fosse positiva. Como todas as respostas foram negativas o questionário permaneceu em desuso (ANEXO C). Cada participante foi entrevistado individualmente por um membro da equipe de pesquisa que anotava as respostas do entrevistado. As entrevistas duraram, em média, de 40 a 50 minutos. Após a conclusão da aplicação do questionário, o entrevistador preenchia o diário de campo. Todo o procedimento de coleta de dados, as dificuldades, os acontecimentos e as observações consideradas relevantes para a pesquisa foram registrados nesse diário. A primeira visita ao Estaleiro foi realizada por uma dupla de pesquisadoras, mas infelizmente o horário não coincidiu com o intervalo dos trabalhadores. Sendo assim, foi realizado uma nova visita com uma dupla diferente, em outro dia, que pode dar início as entrevistas. Logo, os encontros com os trabalhadores começaram a ser realizados individualmente, exceto por uma vez em que o encontro foi realizado em dupla. Apesar do tempo curto, de no máximo uma hora de contato com os trabalhadores, que ocorreu durante as entrevistas, através do diário de campo pode-se perceber que o cansaço, a exaustão e a pressa esteve presente em todos os entrevistados, uns em menor quantidade ou pelo menos não era demonstrado. Mesmo assim, os trabalhadores se mostraram receptivos às entrevistas, apesar de haver questões as quais não era indicado muito interesse da parte deles em responder, como a parte sobre sexualidade, por exemplo. A maior parte dos dias de encontro era de muito calor o que desanimava bastante as pessoas de dar entrevista. Eles estavam saindo do serviço depois de horas de trabalho e queriam ir para suas casas descansar ou então estavam no intervalo, em trocas de turno e muitos aproveitam esse tempo para dormir ou fazer suas refeições. Em detrimento do pouco tempo de contato e do número de trabalhadores que participaram da pesquisa, não foi possível perceber nada de muito diferente entre eles.

6. Análise dos dados: Os dados obtidos nas entrevistas e nos diários foram submetidos à análise qualitativa indicada por Creswell (2007). Para tanto, os dados foram organizados de acordo com os passos propostos pelo autor, a saber: 1) organizar e preparar os dados para a análise; 2) ler todos os dados, para obter um sentido amplo das informações e refletir sobre essas de maneira global; 3) iniciar um processo de codificação, ou seja, categorias e subcategorias, organizando os materiais em grupos; 4) utilizar tal codificação para a descrição do cenário ou de pessoas, além de categorias e temas analisados; 5) pressupor como a descrição e a temática serão representadas na narrativa qualitativa e 6) analisar os dados envolve a interpretação, ou seja, trazer para o estudo os significados dos dados (CRESWELL, 2007). Também foram realizadas análises estatísticas quantitativas de cunho descritivo para as questões de múltipla escolha da entrevista.

CAPÍTULO VI

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1) Sujeito bioecológico – o trabalhador de plataforma.

Os trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande, especificamente da Plataforma P-55, que participaram dessa pesquisa através de uma entrevista, foram apenas 14 sujeitos, com idades entre 24 e 30 anos formando uma média de 27 anos de idade. Todos os homens são oriundos de outros estados brasileiros, sendo que 8 são de Pernambuco, 3 vieram do Rio de Janeiro e 3 são do estado da Bahia, revelando que pessoas de diferentes localidades têm vindo em busca de trabalho no Polo Naval. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, de acordo com suas disponibilidades de tempo e conforme os critérios de inclusão: ser do sexo masculino e ser migrante que veio exclusivamente para trabalhar na P-55.

Esse movimento de migração faz com que muitos homens se afastem de suas famílias para conseguir uma vaga de trabalho. Dentre os entrevistados, 7 são casados e 7 são solteiros, sendo que 8 possuem filhos e apenas 4 possuem casa própria. Essa realidade é semelhante àquela encontrada no estudo de Cerqueira-Santos e colaboradores (2009) sobre as grandes obras no Brasil, na qual os autores informam que a maioria dos homens trabalhadores deixa as suas famílias e o lugar onde moram para exercer a atividade laboral.

O nível de escolaridade dos entrevistados variou, sendo que 9 homens afirmaram possuir ensino médio completo e 5 afirmaram possuir nível superior incompleto. Já tinham conhecimento no ramo de Polo Naval, 9 trabalhadores; 8 homens trabalhavam no Estaleiro Atlântico Sul em Pernambuco e um deles no Estaleiro localizado em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Os 5 restantes trabalhavam na área da construção; 3 tiveram como serviço anterior ao Polo a empresa Cetemp, uma empresa de manutenção e peças, no estado da Bahia e 2 homens trabalharam anteriormente na empresa Cecil de laminação de metais, no Rio de Janeiro. As duas empresas, entre outros fins, possui o serviço de solda e montagem o que serviu de experiência para os trabalhadores adentrar no Polo Naval. A média dos trabalhadores que estão nesse tipo de obra, como o Polo Naval, é de 35 meses, sendo que o menor tempo de trabalho é de 12 meses e o maior de 144 meses. O máximo de tempo em que

os trabalhadores ficaram sem trabalhar entre uma obra e outra foi de 3 meses. Há trabalhadores que estão trabalhando com Polo Naval pela primeira vez.

O gráfico abaixo mostra as atividades de lazer dos trabalhadores, sendo que o primeiro lugar é destinado à atividade sexual.

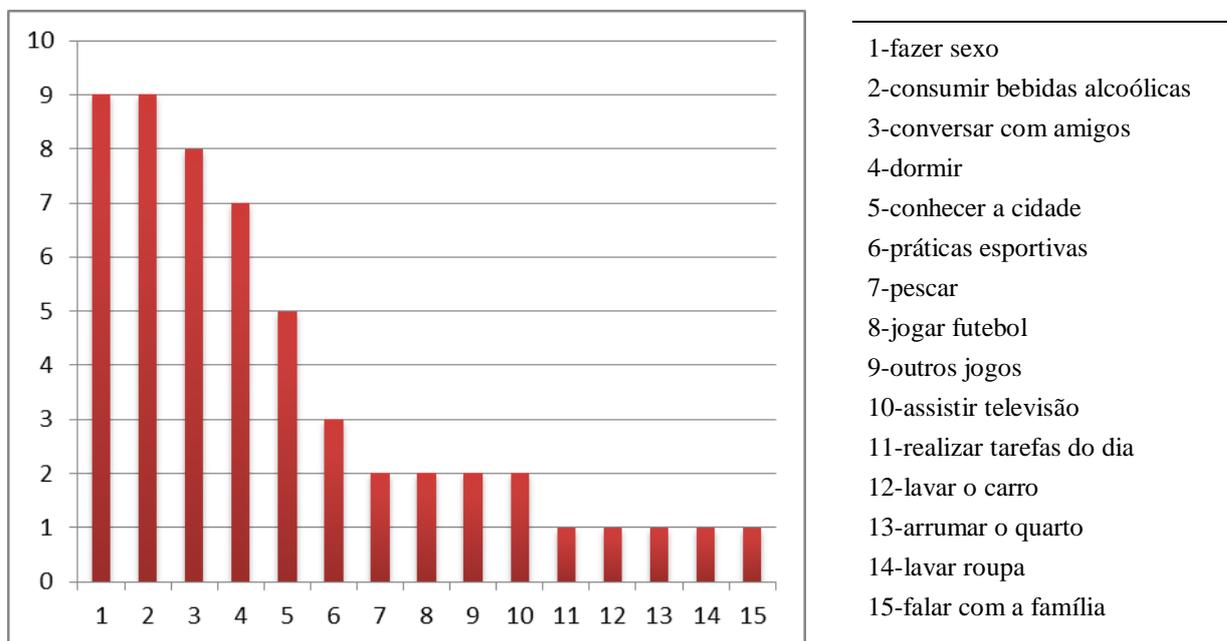


Gráfico 1 – Atividade de Lazer

Na medida em que esses homens saíram de suas cidades para se instalar em um novo município, realiza-se uma transição ecológica em suas vidas, pois eles passaram a exercer novos papéis nesse novo ambiente, como por exemplo, aquele que é casado agora passa a ter uma vida de solteiro sem o ser e mesmo aquele que já estava solteiro pode continuar, mas juntamente com esse estado civil surge o sentimento de vazio e de solidão. Ao passo que eles consigam recuperar e/ou recriar seus papéis, de pais, maridos, namorados, chefes de família, a cada término de obra é preciso reconsiderar tudo novamente. Dessa forma, percebe-se que tal trabalho não oferece nenhum tipo de estabilidade permanente.

2) Migração para o Polo Naval do Rio Grande

Todos os trabalhadores alegaram ter escolhido vir trabalhar no Polo Naval por vontade própria. O trabalho em si não parece ser o principal motivador para a vinda dos trabalhadores, uma vez que apenas 3 trabalhadores afirmaram gostar da profissão. Os outros 11 entrevistados

afirmaram que a migração poderia oferecer uma melhor oportunidade de vida. Esse grupo afirma que o salário compensa a mudança e o entusiasmo no trabalho advém diretamente da remuneração oferecida pelas empresas contratantes. Corroborando isso existe o fato de que 9 entrevistados já trabalhavam em Polo Naval e continuam trabalhando até hoje, favorecendo a ideia de uma boa situação financeira. Talvez essa situação se perpetue por dois fatores: 1) o Polo Naval oferece salários atrativos, com valores acima daqueles que são oferecidos por outros setores como o comércio e a indústria e 2) o Polo Naval oferece salário acima daquele oferecido para pessoas com pouca escolaridade. O salário também foi o principal atrativo para os trabalhadores que migraram para trabalhar em grandes obras conforme os dados do estudo de Cerqueira-Santos. et. al. (2009).

Ao questionar sobre a atividade profissional, a maioria informou o trabalho que estava realizando no momento da pesquisa na plataforma. Dentre os entrevistados, 8 são soldadores, 5 são montadores e 1 é supervisor de solda. Segundo eles, o trabalho na plataforma não exige qualquer curso acadêmico de nível avançado, mesmo assim os trabalhadores possuem renda de aproximadamente 4 a 5 salários mínimos nacionais. Para exercer a atividade de soldador ou montador no Polo Naval, o trabalhador precisa ter realizado cursos especializados na área que a profissão exige. Antes de adentrar na plataforma, o trabalhador deve ter realizado um curso básico, no entanto, novos cursos são necessários para o exercício laboral. Por esse motivo, após a entrada na plataforma, os trabalhadores continuam recebendo formação numa escola especializada durante 3 meses, a qual é oferecida pela empresa empregadora. Esse cuidado é necessário para preparar o trabalhador para exercer a sua atividade na pista, como é chamado o local de trabalho. Para continuar o trabalho eles precisam estar sempre se aperfeiçoando na teoria e na prática de sua área. Todos os entrevistados possuem carteira assinada e são funcionários da empresa.

O trabalho formal é visto como estabilidade na vida dos trabalhadores (IRIART et. al., 2008). O autor ressalta ainda que a grande maioria dos trabalhadores, que possuem carteira assinada, têm no mínimo ensino médio completo e se sentem bastante satisfeitos com o emprego pois esse lhe oferece segurança garantindo seus direitos trabalhistas, mas consideram que acidentes de trabalho acontecem, fazem parte da vida trabalhista. Os trabalhadores do Polo Naval alegaram que a empresa empregadora Ecovix/Engevix considera de suma importância o uso dos equipamentos de segurança (EPI) e em hipótese alguma eles podem

trabalhar sem esses equipamentos. A aprovação nos testes referente às áreas de trabalho também são imprescindíveis na execução das tarefas sendo que o profissional não pode realizar nenhuma atividade na qual não esteja capacitado, o que é bem visto pelos trabalhadores, pois essas medidas servem para precaver acidentes de trabalho. Kelly-Santos e Rozemberg (2006), destacam a importância da saúde e da prevenção de acidentes no ambiente de trabalho. Da mesma forma que Iriart (2008), Kelly-Santos e Rozemberg (2006) apresentam seu estudo de modo a mostrar a importância do trabalho formal e dos direitos trabalhistas. Os autores preocupam-se em deixar os trabalhadores a par dos seus direitos de forma que eles possam ter uma boa saúde, onde o trabalho será um indicador de bem-estar ou não. Portanto é a partir de um ambiente de trabalho adequado, que siga as normas legais, que ofereça segurança, que o trabalhador terá a oportunidade de uma vida mais saudável.

3) Jornada de trabalho

Conforme os trabalhadores entrevistados, a jornada de trabalho é pesada. Os homens cumprem um regime de 40h semanais, mais o trabalho realizado aos sábados, podendo também fazer hora extra durante a semana, tendo folga garantida somente aos domingos. De 3 em 3 meses ganham 10 dias de folga, podendo assim ir visitar suas famílias, mas essas folgas só são oferecidas até seis meses ou um ano de trabalho, dependendo do cargo e do tempo de adaptação do funcionário.

Da mesma forma Losicer (2001) destaca que a jornada de trabalho quando não for saudável ao trabalhador pode-se tornar nociva a ele e desencadear diversos distúrbios psicológicos derivados das pressões a que são submetidos os trabalhadores devido a estarem em um ambiente de trabalho que oferece riscos a suas vidas. E mostra ainda:

Porém, a porção maior do que podia ser considerado como psicopatologia se apresentava de forma subclínica, ou seja, sem manifestações sintomáticas evidentes nem sinais de desadaptação ao sistema. Pelo contrário, encontramos muitos embarcados super-adaptados às custas de um alto grau de alienação subjetiva que se mantinham, com tudo, assintomáticos. Precariamente compensados no seu equilíbrio psíquico por meio de profundas dissociações da identidade, estes quadros representavam bem o modo de subjetivação produzido nas plataformas, que denominamos, genericamente, como “psicopatologia das fronteiras”. (LOCISER, 2001, p. 3)

De acordo com relatos dos trabalhadores do Polo Naval existe uma exaustiva jornada de trabalho permeada de pressões. As preocupações diárias envolvem a aprovação nos testes e

o uso do equipamento de segurança de forma correta, sem que nenhum detalhe seja esquecido, tornando o risco de acidente de trabalho mínimo ou inexistente. O não cumprimento dessas regras acarreta em demissão por justa causa. Tais cuidados tornam a atividade estressante. Somado a esse cotidiano, o distanciamento da família pode agravar o estresse sentido pelos trabalhadores. Lociser (2011) destacou que a falta dos familiares pode desencadear fortes quadros de transtornos mentais e psicológicos no trabalhador.

Nota-se que o agravo às vezes é tão profundo que nem mesmos os próprios trabalhadores se percebem com problemas, o que aprofunda cada vez mais a doença. Dessa maneira, a medicina do trabalho, o cuidado regular dos médicos para com os trabalhadores em seu ambiente de trabalho torna-se imprescindível, o pronto atendimento prestando serviços relacionados ao bem-estar físico e emocional, onde os riscos de acidentes possam ser afastados, é com certeza um grande aliado da saúde do trabalhador (SOARES, 2006). Igualmente, a saúde do trabalhador sofre modificações positivas através das atividades físicas. O trabalhador que não dispuser disso no seu trabalho precisa encontrar um momento do seu dia que seja destinado às atividades físicas (BLANCO, 2008). Segundo o autor a atividade física, juntamente com bons hábitos alimentares está diretamente relacionada ao bem-estar físico e emocional, promovendo a saúde do trabalhador, possibilitando e/ou eliminando riscos sérios de doenças graves. A saúde do trabalhador também foi abordada no estudo de Iriart et. al.(2008) do prisma que os trabalhadores informais e formais devem conhecer seus direitos e que esses direitos se façam valer a partir de políticas públicas que possam incluir a saúde e a segurança dos trabalhadores. A questão trabalhista ligada à saúde também foi objeto de pesquisa de Kelly-Santos e Rozemberg (2006) onde mostra que a saúde advém da segurança do trabalho. Portanto percebe-se que os direitos trabalhistas, possui a saúde como item fundamental para um bom rendimento dos funcionários.

4)Relação do trabalhador com a família de origem

O contato com a família é restrito, acontece através da internet, cartas e por telefone. Fotos ajudam a controlar a saudade. Com exceção de um trabalhador do Rio de Janeiro que casou com uma moradora do município e reside em Rio Grande acerca de um ano e meio, o restante dos trabalhadores têm dificuldade de ver a família devido à longa distância e o curto tempo de folga. Assim, quando questionados sobre a distância da família 10 relataram sentir muita falta como mostra a fala de um dos entrevistados: “é a pior parte, queria poder trazê-

los”. Outros 3 trabalhadores afirmaram que a distância faz parte desse tipo de trabalho e consideram normal sentir saudade.

Interessante destacar que o trabalhador que mora em Rio Grande, pois se encontra casado com uma moça da cidade, informou no momento da entrevista que está no segundo casamento, mas agora com menores chances de falha, pois como já trabalha há 12 anos em grandes obras conhece a realidade do distanciamento, informando inclusive que o seu primeiro casamento acabou exatamente por causa desse motivo. Assim, dentre os problemas enfrentados pelos trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande, de acordo com as entrevistas, em primeiro lugar está a distância da família. De igual forma, o embarcado em plataforma em alto mar também passa por essas mesmas angústias e agonias por estar separado da família. Há uma espécie de não reconhecimento dos filhos em relação ao pai que ficou muito tempo distante, um tipo de barreira que separa pais e familiares mesmo quando estão juntos e a incidência de separações de casais é bem maior (LOSICER, 2001).

5) As relações do trabalhador com o novo município

De acordo com a nova moradia dos trabalhadores: 11 estão em alojamentos, 2 residem em casa ou apartamento alugado e 1 deles casou com uma moça de Rio Grande e mora no município com casa própria. Quando questionados sobre o que teria que ter no lugar onde residem atualmente para melhorar suas vidas as respostas foram: 10 para privacidade, 8 internet, 6 banheiros limpos, 2 bons quartos para dormir e 1 para café da manhã. A média de tempo que os trabalhadores estão no município de Rio Grande é de 15 meses, sendo que o tempo mínimo de estada de alguns, até então, é de 4 meses e o máximo é de 36 meses.

Existem casos de trabalhadores que vieram trabalhar em Rio Grande, no Polo Naval, e acabaram por envolver-se afetivamente com mulheres do município, sendo que esse envolvimento resultou em um filho. Como relatou um dos candidatos entrevistados. O mesmo que trabalha no Polo Naval atualmente diz ter conhecido outro homem, que também trabalhou no Polo, em uma obra anterior a essa, e por sua vez, envolveu-se com uma mulher do município e engravidou-a. Ao término da obra não pode continuar em Rio Grande tendo que retornar a sua cidade natal. Desde então, o entrevistado não teve mais contato com esse homem. Embora não tenham sido obtidas respostas concretas, é possível questionar o que de

fato teria acontecido com essa criança, se a mãe teria condições de criá-la sozinha, se foi submetida a algum tipo de exploração ou se de repente nem nasceu.

De acordo com o estudo “O destino dos filhos pobres, órfãos e enjeitados de Pernambuco: As companhias de aprendizes da marinha”:

Agora não se tratava apenas de prestar socorro aqueles meninos retirados do “turbilhão do abandono”. Era necessário também, montar estratégias que visassem à correção de comportamentos considerados desviantes e a produção de corpos obedientes e úteis às novas necessidades do Estado brasileiro. A criança passava a ser vista como um corpo produtivo que precisava ser explorado ao máximo.(...) O controle da população fez com que os menos favorecidos deixassem de ser vistos como simples suplicantes. Passavam a ser considerados vagabundos perigosos e, como tais, perturbadores da ordem estabelecida. Uma sociedade sã, no sentido moral e físico, implicava o estabelecimento de uma população sem doenças, sem revoltas e sem crimes. Para isso, era necessário eliminar das ruas os vadios, os contagiosos e os degenerados. Antes de estimular a mendicância, era preciso evitar o seu desenvolvimento. Dar uma ocupação através do trabalho, tornando os indivíduos úteis para a sociedade, passava a ser uma preocupação do Estado brasileiro no século XIX. Estado que começava a desenvolver-se economicamente, precisando de homens bons, honestos e trabalhadores. (SILVA, 2011, p. 2)

Esta citação é um exemplo de um tipo de exploração que um menor abandonado sofre, apesar de ter ocorrido no século XIX, ainda ocorrem inúmeras injustiças com a maioria das crianças desamparadas como também atrocidades bem piores. Além de toda preocupação que se tem para com o bem-estar dos trabalhadores, essa questão da orfandade que os operários podem estar criando também gera inquietação. Não é sabido na literatura nem no meio acadêmico sobre esse tipo de fato, mas informalmente há relatos reais, que diagnosticam casos de crianças órfãs de pais que vieram trabalhar temporariamente no município de Rio Grande no Polo Naval.

6) Como o município percebe o trabalhador

Dentre os problemas enfrentados pelos trabalhadores, destaca-se também o preconceito. A questão que indagava aos entrevistados sobre os problemas do município poderia ter mais de uma alternativa de resposta. Sendo assim, 11 relataram a falta de opções de lazer, 7 pessoas falaram que a assistência à saúde é ruim, 5 citaram o preconceito como um dos problemas da cidade, 4 queixaram-se do transporte, 3 do clima e 1 entrevistado da segurança. De acordo com as percepções do trabalho, sobre como o trabalhador do Polo é visto por quem não é do meio, 4 entrevistados tiveram respostas positivas, como a relatada pelo entrevistado: “um bom profissional, trabalha num lugar de respeito” e 4 respostas foram neutras retratando a hostilidade de outros profissionais: “não é visto, as pessoas nem olham”.

A fala desse entrevistado demonstra o desprezo que alguns trabalhadores sofrem. Não souberam responder a questão, 2 entrevistados, 2 não tiveram tempo para perceber ou ainda não pararam para pensar sobre isso, mas mesmo assim 1 desses 2 candidatos disse que muitas vezes existem regras de elite. Os outros 2 consideram o tratamento normal - são tratados como qualquer outra pessoa - trabalhar no Polo não tem outro significado.

Quando questionados sobre como o trabalhador é visto pela comunidade 7 respostas negativas foram identificadas, demonstrando o preconceito dos moradores de Rio Grande para com os homens do Polo Naval. Algumas falas traduzem essa avaliação: “mal visto, existe preconceito com a nossa cultura” ou “acha que somos mal educados porque fazemos aquilo que estamos a fim”, ou ainda “somos confundidos com baianos folgados e por isso somos tratados mal”, esclarecendo que uns levam má fama por causa dos outros. Dentre os trabalhadores, 4 deles afirmaram que ainda não pararam para pensar sobre isso ou não sabiam responder no momento da entrevista, 2 acham o tratamento normal e apenas 1 teve resposta positiva: “como um estranho mas bem tratado”. O preconceito com os trabalhadores pode ser identificado em outros estudos. Com a chegada de trabalhadores em um canteiro de obras, a população da cidade onde se localizava a obra pediu o aumento de policiais nas ruas com o intuito de se protegerem dos trabalhadores, pré-julgando que eles cometeriam crimes e anarquias na cidade (DETONI, 2010).

De acordo com as experiências sexuais dos trabalhadores, primeiramente foram exploradas questões sobre a masculinidade do trabalhador através de perguntas que tinham como objetivo identificar o papel atribuído ao homem e a mulher explorando indícios de preconceito e machismo, características relevantes que ajudam a conhecer o perfil dos trabalhadores. Respostas diversificadas foram encontradas. Ao questionar se o homem deve sustentar a casa, todos os entrevistados responderam de forma afirmativa, sendo que 8 relataram que o homem deve sustentar muito a casa e 6 responderam que devem sustentar bastante. Na mesma direção, foi questionado se as mulheres devem obedecer aos homens. Dos entrevistados, 2 disseram que as mulheres devem obedecer muito, 10 responderam que nem muito nem pouco e 2 disseram que as mulheres devem obedecer pouco aos homens. Segundo Detoni (2010) a questão da masculinidade ainda está muito presente no sexo masculino que muitas vezes só se percebe como homem se tiver características ditas masculinas o que não culmina com a questão identitária, pois a mesma não se restringe apenas

ao fato de ser homem ou de ser mulher e sim aos atributos, às particularidades, às atividades, enfim às multiplicidades que tornam o ser uma pessoa.

Foi questionado aos entrevistados se as mulheres que se prostituem são vítimas de exploração e as respostas foram afirmativas. Os entrevistados percebem a mulher como sendo vítima de exploração, em contrapartida 1 participante respondeu que a mulher não é nem um pouco vítima. Seguindo a abordagem sobre sexualidade, a entrevista abordava se meninos e meninas adolescentes poderiam escolher com quem e quando transar e a maioria respondeu que meninos e meninas poderiam fazer essa escolha, sendo que duas respostas foram negativas e uma delas afirmava que somente as meninas não poderiam escolher quando e com quem transar, já os meninos tinham direito de escolher. Sobre a prostituição de menores, foi perguntado se meninas com menos de 18 anos podem se prostituir se quiserem, apenas 3 trabalhadores responderam que se for a vontade delas elas podem se prostituir sim contra o restante dos entrevistados que afirmou que isso não pode ocorrer. Dando seguimento a entrevista, também foi questionado quem mandava na casa do trabalhador, se era ele mesmo e se continuava mandando mesmo estando no trabalho, 5 deles dividiram essa responsabilidade com outro(a) morador da casa, dizendo que não mandam muito mas também não mandam pouco, outros 4 afirmaram que mandam um pouco e os restantes relataram que não mandam nem um pouco. De acordo com os questionamentos nota-se que ainda há certo resquício de poder de gênero intrínseco nas respostas, como se o homem prevalecesse.

Dentre os 14 entrevistados, 7 são casados sendo que 2 deles saem com prostitutas. Todos eles tiveram experiência sexual somente com mulheres e costumam fazer sexo com mulheres. Quando questionados sobre o que fazem quando sentem desejo sexual e estão no Polo Naval, 6 entrevistados se masturbam, 6 buscam prostituta, 5 fazem outra coisa para esquecer e esperam voltar para casa, 2 saem com alguém sem precisar pagar e um deles mora e possui família em Rio Grande e mantém relações sexuais com a esposa. Nessa questão os candidatos poderiam escolher mais de uma alternativa. Sobre o uso da camisinha: 11 relataram que usam sempre, 2 usam às vezes e 1 nunca usa. O teste de HIV foi realizado por 10 trabalhadores e o resultado foi negativo e 4 não fizeram. Quando questionados se algum deles alguma vez engravidou alguém quando estava trabalhando em alguma outra obra ou no Polo Naval de Rio Grande, 13 falaram que não, 1 declarou que não sabia, que nunca ninguém o comunicou sobre isso.

Para avaliar a vulnerabilidade para as situações de exploração sexual, uma série de questões foram realizadas. Primeiro foi investigada a idade ideal para a iniciação sexual. Foi solicitado aos trabalhadores que indicassem a idade ideal para um menino começar a vida sexual, 4 dos candidatos responderam que 14 anos é uma boa idade, 3 disseram que 18 anos está bom, 3 falaram que 15 anos é a idade ideal, 3 responderam que depende do corpo de cada um e 1 disse que 16 anos é uma idade boa. Respostas diferentes foram encontradas quando foi perguntada a idade ideal para uma menina começar a vida sexual. A maioria informou que 18 anos é uma boa idade, evidenciando uma idade superior aquela oferecida aos meninos. Contudo, 3 disseram que deve ser quando o corpo estiver pronto, 2 falaram que com 15 anos é a idade certa, 2 disseram que com 14 anos está bom e 1 entrevistado disse que a idade ideal deve ser com 16 anos.

A prostituição parece ser comum nas obras, uma vez que 11 entrevistados afirmaram existir a oferta de sexo no entorno dos canteiros de trabalho. Igualmente é possível evidenciar a exploração sexual de meninos e meninas adolescentes, pois apenas 1 trabalhador afirmou nunca não ter visto cenas desse tipo. Todos os trabalhadores revelaram que possuem colegas do Polo Naval que saem com prostitutas. Apenas 4 trabalhadores disseram que seus colegas nunca saem com menores pra fazer programas. Dos entrevistados, 10 trabalhadores afirmam nunca ter saído com uma prostituta menor de idade e quando questionados se eles saem com prostituta, 7 responderam que nunca saíram. Quando questionados se é comum ver colegas se divertindo com menores, 7 deles responderam que nunca é comum. Todos os entrevistados afirmam que nunca se divertiram com crianças e adolescentes. Nas entrevistas, 9 trabalhadores falaram que nunca é comum ver crianças e adolescentes se prostituindo perto do Polo e 7 homens disseram que nunca viram crianças/adolescentes oferecerem serviços sexuais para os trabalhadores. De acordo com os serviços sexuais 7 entrevistados relataram que nunca mães de crianças/adolescentes e motoristas (caminhoneiros/taxistas) ofereceram serviços sexuais de crianças/adolescentes aos trabalhadores, revelando que se existe a presença de intermediários ou aliciadores ela é praticamente imperceptível no contexto do Polo Naval.

Também foi questão da pesquisa conhecer a opinião dos trabalhadores sobre as situações de exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, foi questionado os motivos que levam crianças e adolescentes a serem exploradas sexualmente. Na aplicação do questionário foi utilizado uma linguagem mais informal que pudesse ser compreendida pelos profissionais. Dessa forma, foi perguntado o porquê de menores de 18 anos se prostituírem.

Na opinião de 7 trabalhadores essas situações ocorrem porque existem adultos que gostam e que procuram, para outros 4 a necessidade financeira da criança ou da família motiva a prostituição, 4 disseram que há mercado fácil para eles, 2 responderam que é porque são explorados/obrigados por alguém, apenas 1 informou que é pela falta de responsabilidade dos pais e outro informou que é porque é o que há disponível para fazer.

Outras questões buscaram esclarecer a opinião dos trabalhadores sobre o porquê homens querem/buscam fazer sexo com menores. Diversas respostas foram encontradas, contudo destacam-se as seguintes:

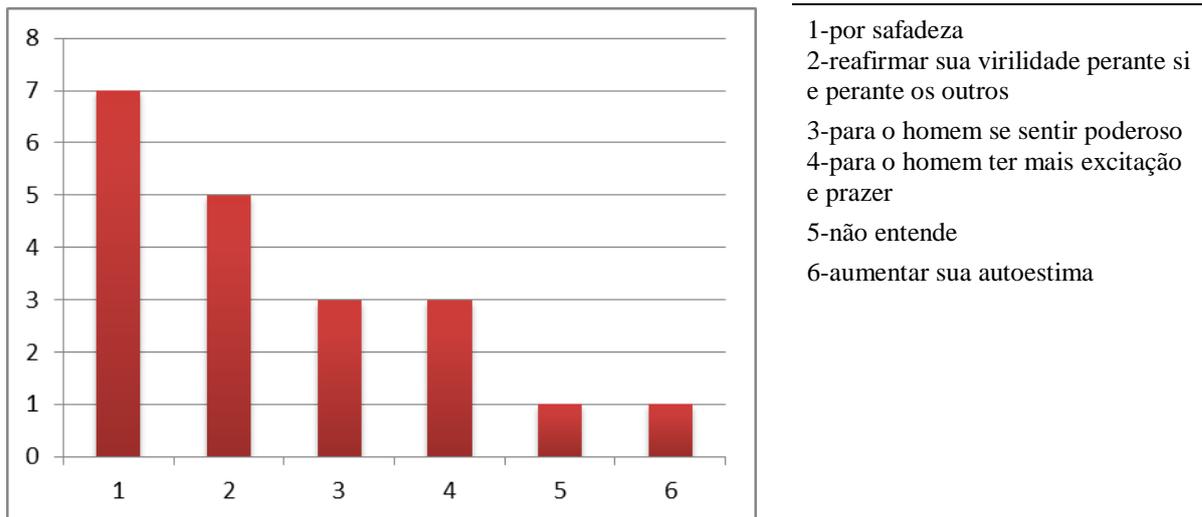


Gráfico 2 – Sexo com menores

Diante dessa questão um entrevistado desabafa: “um cara desses tinha que morrer. Tem filhos e se aproveita de outras meninas(os). Não pensa de coração. Está bagunçando a cabeça da criança.”.

Também foi interpelado aos trabalhadores se eles já haviam saído com adolescentes. Para essa questão obtêm-se as seguintes respostas:

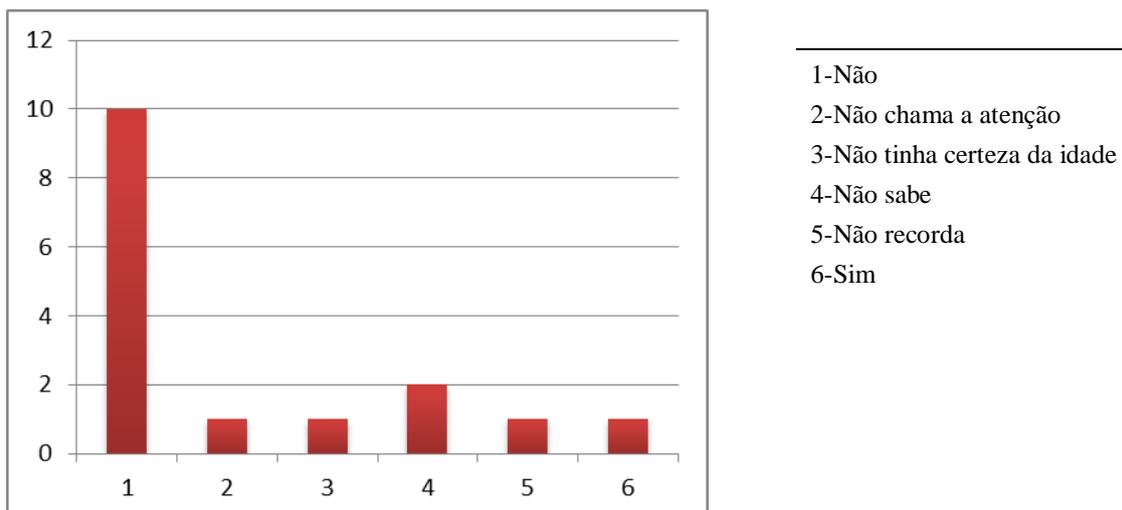


Gráfico 3 – Sair com adolescentes

Entre os trabalhadores, 1 deles disse que pode até ter saído com alguma adolescente, mas não sabe a verdadeira idade da menina: “não sei. Conheci uma menina que disse ter 20 anos, mas tinha cara de 15. Era muito bonita. Daqui de Rio Grande.” Outro respondeu sim, disse que já ficou com uma menina de 16 anos na balada. Igualmente, foi questionado o valor de um programa com menores, apenas um soube dizer: 20reais.

Sobre: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Conselho Tutelar, Juizado, Disque-denúncia contra prostituição infantil e Campanha contra o turismo sexual, 7 entrevistados relataram que todos servem para ajudar e proteger a criança, 4 disseram que conhecem todos, mas não sabem exatamente para que servem. Foi relatado por 1 deles que o Estatuto da Criança e do Adolescente serve para entender os direitos, o Conselho para proteger as crianças, o Juizado para punir crimes contra crianças, o Disque-denúncia para denunciar e a Campanha contra o turismo sexual, evitar o turismo sexual. Dentre eles, 1 trabalhador disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente ajuda as crianças e o restante serve para proteger, 1 trabalhador disse que o Estatuto de Crianças e Adolescentes serve para proteger, o Conselho Tutelar protege desde o momento que denuncia, o Juizado conhece de ouvir falar: “é para quem se aproveita de crianças ou adolescentes” e o Disque-denúncia para denunciar casos de roubo e estupro. Apenas 5 homens responderam que a empresa na qual trabalham tratou de temas relacionados aos direitos sexuais de crianças e adolescentes, mas todos responderam sim quando questionados se a empresa alguma vez tratou de temas relacionados aos direitos deles. O envolvimento de alguns trabalhadores com prostitutas e o fato de estarem longe de casa, de seu ambiente familiar por si só já é um desencadeador de

carência e solidão, onde a pessoa pode tornar-se vulnerável ao envolvimento com prostitutas e posteriormente com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Como confirma o estudo Sexualidade do Trabalhador da Construção Civil: Percepções sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Cerqueira-Santos et. al., 2012), onde foram realizadas 288 entrevistas com trabalhadores em alojamentos de grandes obras (TGOs), em diferentes regiões brasileiras. Dos entrevistados 67% apontaram o envolvimento dos colegas de trabalho com a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA), 25,4% relataram o próprio envolvimento.

O envolvimento com prostitutas despontou como variável mais importante na predição do envolvimento com ESCA. Intervenções nesta área requerem maior conhecimento acerca dos perpetradores, auxiliando na elaboração de perspectivas de enfrentamento mais eficazes. (CERQUEIRA-SANTOS et. al., 2012, p. 578).

Foi relatado também que todas as interações sexuais eram realizadas com meninas. Além disso, foi observado que a relação entre o trabalhador e a exploração sexual é bastante alta na qual eles participavam indiretamente, de forma que conheciam alguém envolvido com a exploração sexual, como seus colegas de profissão.

7) Substâncias psicoativas

Não somente a exploração sexual está presente na vida de alguns trabalhadores, mas igualmente o uso de substâncias psicoativas. Por conseguinte, foi investigado o uso de drogas nos trabalhadores do Polo Naval, obteve-se como resultado o envolvimento de alguns trabalhadores com certas drogas. Assim, 12 trabalhadores fazem uso de bebida alcoólica, 2 nunca usaram nenhuma droga lícita nem ilícita, 1 fuma cigarro e usa bebida alcoólica e nunca usou outras drogas, 1 experimentou maconha, um já usou maconha e cocaína, 1 usa drogas ilícitas às vezes para se manter acordado, 1 usou cocaína e 1 já experimentou LSD. Essa questão poderia ter mais de uma alternativa de resposta. Segundo Borges e Martins (2004), a migração é sinônimo de segmentação identitária, dependendo do grau de carência e solidão do trabalhador o processo migratório pode gerar um forte sentimento de culpa o que o torna suscetível às relações e aos relacionamentos que se desenvolverão no novo espaço ocupado por ele como também pode trazer doenças do trato psicológico, uso abusivo de álcool o que pode proporcionar acidentes de trabalho.

8)Desafios do trabalho

No dia 2 de fevereiro de 2013 conforme < Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/02/02/mau-tempo-causa-acidente-em-plataformas-da-petrobras.htm>. >, devido ao mau tempo e os fortes ventos, houve uma colisão entre um navio-plataforma e uma plataforma da Petrobras. O acidente ocorreu próximo ao Porto de Rio Grande. O choque aconteceu entre os navio-plataforma P-58 e a Plataforma P-63. As rajadas de vento foram tão fortes ao ponto de soltarem as amarras das embarcações ocasionando a colisão. Após o ocorrido a P-63 voltou para o canteiro de construção e a P-58 será reposicionada no cais do Porto de Rio Grande. A P-63 ancorou em Rio Grande no início do mês e terá capacidade para processar 140 mil barris por dia de petróleo. Segundo nota, a Petrobras afirma que não houve feridos e que será realizada uma investigação para examinar os danos e tomar as devidas providências. Trabalhar em uma grande obra do Polo Naval é de fato uma profissão que exige bastante zelo e atenção, pois no cotidiano o trabalhador precisa estar em contato com produtos perigosos e explosivos, onde qualquer deslize ou momento de descuido pode ser fatal. Diante dessa realidade, acidentes de trabalho são bastante comuns.

De acordo com o jornal Correio do Povo, um trabalhador morreu após um acidente na manobra da P-55 em Rio Grande. O gerente de integração da Plataforma P-55, de 59 anos, funcionário da empresa Quip S/A que presta serviços à plataforma, foi vítima de um acidente de trabalho que resultou em óbito. O ocorrido aconteceu durante a saída da plataforma do dique seco, que fica no Estaleiro Rio Grande (ERG1). Situações como essa mobilizam a empresa e os trabalhadores. Muitas notícias foram divulgadas informando o lamento da empresa e os cuidados tomados para com o trabalhador. A Quip S/A informou ainda que o acidente aconteceu por causa do rompimento de chumbadores de fixação da buzina (item que serve para desvio da direção do cabo de tração) localizados na parede do dique. Apesar de o funcionário usar os equipamentos de segurança e estar distante 30 metros do local onde desprenderam-se os chumbadores o sinistro foi inevitável. A empresa declarou: “Essa buzina chocou-se contra os guarda-corpos do dique que, projetados, acabaram por atingir o funcionário”.

A empresa salientou ainda que seguiu todos os procedimentos de segurança e que formou um comitê para averiguar a infeliz ocorrência. Segundo o jornal Correio do Povo, a

necropsia realizada no posto do Departamento Médico Legal de Rio Grande revelou que a morte foi consequência de um politraumatismo de tórax. O caso também está sendo averiguado pela 3ª Delegacia de Polícia e pela Capitania dos Portos, pois como o acontecimento deu-se durante a manobra de uma plataforma, é um acidente de navegação. Após esse acidente, o Polo Naval proibiu o acesso de qualquer pessoa que não fosse funcionário ou trabalhador, para que nada e ninguém pudesse prejudicar as averiguações sobre o acidente. O desastre aconteceu no dia 21 de outubro de 2012 e a vítima veio a falecer no próximo dia 22.

Cerca de dois meses depois, na manhã do dia 6 de janeiro de 2013, houve uma mobilização dos trabalhadores do Polo Naval que prestam serviços ao Estaleiro Rio Grande (ERG1), lugar onde está sendo construída a P-55 e também oito cascos originados ao Pré-sal. O protesto, formado por inúmeros trabalhadores atraiu a curiosidade de outras pessoas que passavam pelo local, gerando engarrafamento na BR-392, estrada situada em frente ao Estaleiro. Ali mesmo no local foi realizada uma assembleia que reivindicava entre outros direitos o de periculosidade e insalubridade como estava escrito em uma das faixas expostas: **"Polo Naval não paga insalubridade e periculosidade"**. De acordo com Benito Gonçalves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Rio Grande e São José do Norte, a paralização foi feita por cerca de cinco mil funcionários que exigem que sejam cumpridos seus direitos como salário digno e fim dos desvios de função, igualmente pedem o fim do atraso no pagamento dos salários e dos acidentes camuflados. Os trabalhadores contaram que quando há um acidente eles permanecem no local de trabalho com a finalidade de não haver registros do ocorrido para não prejudicar a empresa.

Passados 10 dias, houve uma nova assembleia motivada pelo sindicato, para verificar se as solicitações dos trabalhadores foram atendidas pelas empresas responsáveis: Ecovix/Engevix, Quip e Petrobras. Após a paralização foram reunidos representantes do sindicato e da Federação dos Metalúrgicos e 3 trabalhadores da base juntamente com integrantes da Ecovix/Engevix, Quip e Petrobras, para assim acertar e esclarecer os detalhes e as reivindicações. A Quip não se manifestou sobre o ocorrido. A Ecovix, esclareceu, em nota para a imprensa, que está em dia com suas obrigações trabalhistas no Estaleiro Rio Grande: "Pedidos adicionais serão discutidos caso a caso, conforme o diálogo sempre aberto que a

empresa tem mantido com o sindicato local. Os funcionários da Ecovix já estão trabalhando normalmente no Estaleiro Rio Grande" (JORNAL AGORA O JORNAL DO SUL, 2012, 06/12). A Petrobras disse que não tem envolvimento algum com o acontecimento. (JORNAL AGORA O JORNAL DO SUL, 2012). Percebe-se que apesar de os trabalhadores estarem expostos a inúmeros acidentes, inclusive correrem risco de morte, a empresa responsável não age de acordo com a lei, passando por cima dos direitos dos trabalhadores não lhes fornecendo em dia um salário digno que contemple o direito a insalubridade e a periculosidade. Além disso, os trabalhadores denunciam que os casos de acidentes são abafados, submetendo todos a novos perigos e a negligência. Assim, o trabalhador vive em constante pressão de uma empresa, que exige uma atividade onde não é permitido qualquer erro, mas que não dá todos os subsídios para evitar desastres.

9) Perspectivas futuras dos trabalhadores do Polo Naval

Ao término da obra, 9 entrevistados disseram que não pretendem ficar morando em Rio Grande, 4 entrevistados pretendem continuar em Rio Grande e 1 deles respondeu que talvez fique. Quando acabar a obra, 4 homens pretendem voltar para casa, 2 querem ir para outro Polo Naval, 2 esperam uma nova proposta de trabalho, 2 continuam morando aqui se tiver emprego, 1 deles não respondeu, 1 quer continuar trabalhando, 1 quer estudar para subir na carreira e 1 quer se aposentar. Quando questionados a respeito de seus sonhos para o futuro, 2 entrevistados responderam que querem voltar para casa, 2 querem comprar uma casa, 2 querem estudar, fazer cursos especializados na sua área, 1 deles quer comprar um carro e pagar suas dívidas, 1 almeja ganhar dinheiro, outro deseja continuar trabalhando, 1 deles ainda não sabe o que quer, talvez comprar uma casa, 1 entrevistado quer comprar uma casa e trazer a família para morar aqui, 1 deles só tem um sonho que é se aposentar, 1 quer melhorar de vida, se especializar na solda porque é um mercado promissor e o último trabalhador respondeu que espera uma melhor proposta de trabalho.

Percebe-se, portanto que os trabalhadores almejam inúmeras realizações, priorizando a questão econômica, a estabilidade, uma vida digna para si e para seus familiares. Nota-se que a vinda dos mesmos para o município de Rio Grande, em sua maioria, restringe-se ao exercício do trabalho e a busca de ascensão financeira. São homens com capacidade de enfrentar a saudade de seus entes queridos e atravessar vários Estados se preciso for pra

continuarem suas árduas jornadas de trabalho, com garra e com vontade de buscar e lutar pelo melhor, por uma condição de vida mais satisfatória e digna.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa buscou-se conhecer o trabalhador que migrou para o município do Rio Grande para trabalhar na Plataforma P-55 instalada no Polo Naval de Rio Grande/RS. Para tanto, procurou-se investigar sobre a vida de um trabalhador de grandes obras (TGOs), compreender a sua jornada de trabalho, as suas atividades, as suas metas, as suas estratégias para lidar com a distância dos entes queridos e a sua avaliação dos impactos e as mudanças oriundas de sua migração. Buscou-se também averiguar quais são suas percepções e como se percebe diante do novo ambiente.

A proposta do estudo está diretamente vinculada às inter-relações instauradas pelo trabalhador de acordo com os princípios da Educação Ambiental, que vem proporcionar, acima de tudo, o bem-estar de todos os seres vivos. Auxiliada pela orientação da teoria de Urie Bronffebrenner a pesquisa investigou os níveis ecológicos que compõem a formação do trabalhador do Polo Naval. O estudo envolveu uma longa e árdua jornada, que acabou sendo dificultada pelo curto período de tempo para a realização das entrevistas.

Ao tentar entrar em contato com as empresas empregadoras dos trabalhadores e também com a Petrobras, responsável por todas elas, foi possível perceber o descaso perante a pesquisa. Apesar de alguns funcionários das empresas se proporem a tornar deferida a autorização de entrada no Polo Naval ela foi negada. Um funcionário da Petrobras responsável por esse tipo de pesquisa, recomendou que o pedido fosse encaminhado à empresa por e-mail, mas a Petrobras não respondeu a solicitação.

Depois de uma longa espera em vão para obter a autorização de acesso ao Polo Naval, em específico ao Estaleiro Rio Grande (ERG1), o contato com os trabalhadores se deu de forma informal em frente ao Estaleiro. O que dificultou as entrevistas, pois os trabalhadores tinham pouco tempo devido a inúmeros compromissos, como a troca de turno e também precisavam cumprir o horário de trabalho. Mesmo assim a inserção no contexto do trabalhador se deu de forma tranquila, não houve maiores dificuldades nas entrevistas. Às vezes um ou outro participante se mostrava um pouco constrangido, inseguro e desconfiado diante de algumas perguntas, mas o termo de responsabilidade os encorajava a responder, pois

garantia o sigilo absoluto de suas identidades. Alguns trabalhadores comentavam que achavam muito legal e importante uma pesquisa de pós-graduação desse cunho, pois levaria sua classe trabalhista a papel de destaque na comunidade acadêmica o que ainda não havia ocorrido. Esse sujeito-bioecológico, trabalhador do Polo Naval, pode ser percebido como pessoa que passa por inúmeras transições de ordem pessoal e profissional, que precisa se inserir e se adaptar a novos contextos, gerando e afastando processos saudáveis e/ou nocivos de sua vida, pois almeja estabilidade e condições financeiras favoráveis para que possa ter a chance de saborear uma vida digna. Esse é o primeiro estudo sobre o trabalhador do Polo Naval, ainda é preciso outras investigações. Infelizmente poucos trabalhadores puderam participar da pesquisa o que dificultou bastante a coleta de dados. A pequena amostra que se tem na literatura - não sobre trabalhadores de grandes obras - não pode representar o universo de homens que se encontram nos canteiros de obras.

Em suma, é importante frisar que o que se percebe com esse estudo é que existe um grande número de pessoas que migrou e migra para o município de Rio Grande para trabalhar no Polo Naval, aumentando assim o número de habitantes da cidade, a qual não consegue se desenvolver concomitantemente com esse crescimento populacional desenfrado. Apesar de o município apresentar, através do Polo, ofertas de emprego bem remuneradas, em contrapartida não possui, por exemplo, atividades de lazer e boas moradias que comportem todos esses habitantes. Assim, muitos trabalhadores acabam não se sentindo pertencentes ao lugar, não se sentindo respeitados e tal sentimento pode influenciar na forma com que eles vão agir e interagir com o município e com as pessoas. De acordo com os resultados desta pesquisa, os migrantes, trabalhadores do Polo Naval, estão em busca de um bom emprego, bem remunerado, que os satisfaça financeiramente. Para isso, se afastam por meses de sua terra natal e de seus familiares para ficarem temporariamente em um trabalho que exige tanto esforço físico quanto mental e permanecem em uma cidade que não disponibiliza muitas opções de recreação a não ser o sexo e o uso de bebidas alcoólicas, possibilitando o envolvimento com a exploração sexual, como foi constatado. Além disso, por mais que a remuneração seja boa, nos primeiros níveis de trabalho o trabalhador não conta com uma casa só para ele, tendo que dividir sua habitação com colegas, não usufruindo sua privacidade. Sendo assim, é preciso questionar sobre o contrário dos resultados desta pesquisa, por exemplo, se a cidade obtivesse infinitas atividades recreativas, se os trabalhadores tivessem condições mais confortáveis de moradia, se não fossem tratados, por muitos, com preconceito

e se as empresas empregadoras pagassem corretamente o salário dos trabalhadores - pois a insalubridade e a periculosidade são direitos que os trabalhadores ainda estão reivindicando - talvez esses homens se sentissem pertencentes ou mais pertencentes ao novo município e poderiam dispor de interações mais harmônicas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA JUNIOR, J. B. *Educação e formação profissional dos trabalhadores portuários avulsos de Santos*. 2011. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Santos, São Paulo/SP. 2011.
- BLANCO, R. A. *Atividade física e promoção da saúde: um estudo com os trabalhadores portuários avulsos (TPAs) do porto do Rio Grande – RS*. 2008. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS, 2008.
- BORGES, H; MARTINS, A. Migração e sofrimento psíquico do trabalhador da construção civil: uma leitura psicanalítica. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jun. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000100008&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 18 maio 2012.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de saneamento*. 3. ed. rev. Brasília : Fundação Nacional de Saúde, 2006.
- BRONFENBRENNER, U. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando seres humanos mais humanos*. Porto Alegre : Artmed, 2011.
- _____. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1996.
- _____. *Making humans beings human*. London: Sage, 2005.
- _____; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). *Handbook of child psychology, Vol. 1: Theoretical models of human development*. New York: John Wiley, 1998. p. 993-1028. 1998.
- CARDOSO, A. L. *A condição do trabalho feminino no Polo Naval do Rio Grande/RS*. 2012. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2012.
- CASTRO, R. S. *A construção de conceitos científicos em Educação Ambiental*. In.: LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. (orgs) *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. P. 173.
- CARVALHO, I. C.M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2006.
- COLLAZIOL, A. *Transporte hidroviário no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS).

CERQUEIRA-SANTOS. et. al. *Os homens por trás das grandes obras do Brasil*. São Paulo : Childhood, 2009.

_____. Sexualidade do trabalhador da construção civil: percepções sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: reflexão e crítica*, v.25, n. 3, p. 578-587, 2012.

CECCONELLO, A.; KOLLER, S. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.16, n.3, p. 515-524, 2003.

DETONI, P.P. *Seguir barragem: (re-des)construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica*. 2010. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2010.

DOMINGUES, M. V. L. R. ; CARVALHO, D. S. ; CARVALHO, A.B. Polo Naval e desenvolvimento regional na metade sul do RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6, 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre : PUCRS, 2012.

DUTRA, F. Mau tempo causa acidente em plataformas da Petrobras. Uol Notícias. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/02/02/mau-tempo-causa-acidente-em-plataformas-da-petrobras.htm>. Acesso em 6 de fevereiro de 2013.

HIDROVIAS, portos e aeroportos#Hidroviias Portos e Aeroportos. Disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br/>> Acesso em 04 dez. 2007.

IRIART, J. A. B. et al . Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, fev. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100021&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 maio 2012.

KELLY-SANTOS, A; ROZEMBERG, B. Estudo de recepção de impressos por trabalhadores da construção civil: um debate das relações entre saúde e trabalho. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, maio 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000500010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 18 maio 2012.

LOSICER, E. Caso clínico em alto mar Abrindo a 'caixa preta' da P-36. Disponível em: http://www.estadosgerais.org/encontro/caso_clinico.shtml, 2001. Acesso em 20 maio 2012.

LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. (orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo : Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN, E. *O método 2: a vida da vida*. 3.ed. Portugal : Europa – América, 1999.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2.ed. São Paulo : Cortez: Brasília: DF, 1999.

NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In: KOLLER, S. H. (org.). *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2004. p. 51-65.

NASCIMENTO, H. A. S. *O nascimento de um novo trabalhador portuário: reestruturação produtiva e corporativismo: um estudo sociológico a cerca da resistência dos portuários capixabas ao processo de modernização dos portos*. 1999. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1999.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 56.

OLIVEIRA, R. N. *O processo de privatização do porto de Santos e o terceiro setor*. 2006. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios, Universidade Católica de Santos, São Paulo/SP, 2006.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pac.htm. Acesso em 25 abr. 2012.

PORTAL Marítimo. Disponível em: <http://portalmaritimo.com/2012/01/17/casco-da-p-55-chega-a-rio-grande> . Acesso em 25 abr. 2012.

PORTO de Rio Grande – PRG. Disponível em: <http://www.portoriogrande.com.br/>. Acesso em 30 jan. 2013.

PRATI, L. et al. Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.21, n.13, p. 160-169, 2008.

PIAGET, J. *Biologia e conhecimento: ensaios sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*. 4.ed. Petrópolis : Vozes, 2006.

O QUE é o polo naval? Disponível em http://www.portoriogrande.com.br/site/escolas_consulta_escolar.php Acesso em 06 dez. 2007

RAMONIGA, M. *A natureza jurídica do órgão gestor de mão-de-obra do trabalho portuário avulso: uma análise a partir da lei n. 8.630 de 25 de fevereiro de 1993*. 2008. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC, 2008.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo : Brasiliense, 2009.

SANTOS, R. P. *Trabalhador portuário avulso do porto de Santos: relações entre trabalho e saúde*. 2009. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Católica de Santos, São Paulo/SP, 2009.

SECRETARIA Estadual de Transportes do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.st.rs.gov.br/novosite/home/index.php> . Acesso em 30 jan. 2013.

SILVA, F. S; SELLITTO, M. A. Sistema hidroviário e portuário do Rio Grande do Sul: visão geral e contextual da pesquisa. *Revista Liberato*, Novo Hamburgo, v. 9, n.12, p. 55 -65, jul/dez. 2008.

SILVA, R. P. et al. O impacto do Polo Naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande - RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6, 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre : PUCRS, 2012.

SILVA, W. F. O destino dos filhos pobres e enjeitados de Pernambuco: as companhias de aprendizes da marinha (1847 – 1857). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 26, 2011. *Anais...* São Paulo, 2011.

SOARES, J. F. S. *Saúde do trabalhador e risco no ambiente de trabalho: conhecimentos dos trabalhadores portuários avulsos (TPAs) do porto do Rio Grande/RS*. 2008. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós Graduação em Enfermagem, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2006.

YUNES, M. A. M.; JULIANO, M. C. A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com a educação ambiental. *Cadernos de Educação* (UFPel), 2010. (Submetido).

VEGA, L. *Exploração sexual de crianças e adolescentes e as redes de proteção: um estudo socioambiental na cidade do Rio Grande*. 2011. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2011.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

ZIEBELL, C. Plataforma P-55 chega a Rio Grande, no Sul do Estado. Disponível em < <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=381925>> Acesso em 12 abr. 2012

_____. Trabalhador morre após acidente durante manobra da P-55 em Rio Grande. *Jornal Correio do Povo.com.br*. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=472919>. Acesso em 06 fev. 2013.

_____. Trabalhadores do polo naval protestam em frente ao ERG1. Disponível em <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=36935>. Acesso em 06 fev. 2013.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS TRABALHADORES DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE-RS

Eu, Débora Lima Martins, aluna do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Simone dos Santos Paludo, convido você para participar de um estudo sobre os impactos da Plataforma P-55 na vida dos trabalhadores que prestam serviços a ela. Para que sua autorização seja oferecida, vamos ler o documento a seguir e esclarecer as dúvidas que porventura possam surgir.

Natureza da pesquisa: A presente pesquisa tem como objetivo conhecer o perfil do trabalhador dessas grandes obras, sua jornada de trabalho, quais são suas atividades, suas metas, como lida com a distância dos entes queridos, enfim, de que maneira se dá os impactos e as mudanças advindas de sua migração e quais são suas percepções e como se percebe diante do novo ambiente.

Procedimentos metodológicos: Se você aceitar contribuir com esse estudo, após a assinatura desse documento, a sua participação envolverá a realização de uma entrevista semiestruturada. Perguntas sobre a sua migração e sobre as suas perspectivas serão feitas. A sua participação é voluntária e a sua identidade será mantida em sigilo.

Riscos e desconfortos: O projeto de pesquisa em questão, não apresenta a princípio nenhuma situação de risco social ou pessoal, lembrando que todos os participantes serão consultados e apenas participarão se assim desejarem. A pesquisadora, por fazer parte de um

grupo de pesquisa (CEP-RUA), está devidamente preparada de forma ética, metodológica e teórica para abordar pontos frágeis referentes aos objetivos pesquisados, mostrando-se pronta para escutar e acolher sentimentos que possam surgir, assim como, minimizar/diminuir os riscos presentes.

Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Os benefícios que esperamos alcançar são possibilitar um espaço de escuta para os trabalhadores de Plataforma e compreender os efeitos diretos e indiretos da sua migração em sua vida e das demais pessoas com as quais estabelece contato. É importante esclarecer que você tem liberdade de se recusar a participar do estudo ou ainda retirar a sua autorização a qualquer momento da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Eu, _____, dou meu Consentimento Livre e Esclarecido, como participante voluntário do projeto de pesquisa acima citado, sob responsabilidade de Débora Lima Martins, Mestranda em Educação Ambiental - FURG sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Simone dos Santos Paludo.

Assinatura do Participante

Local e Data

Assinatura do Pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA

ANEXO B

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA AOS TRABALHADORES DA P-

55

Local da entrevista: _____ Entrevistador: _____ Data: ___/___/____

1. Idade: _____
2. Cidade/Estado _____ onde _____ nasceu: _____
3. Cidade/Estado onde mora: _____ Tempo na residência atual (meses) _____
4. Escolaridade:

a. () Sabe ler, mas não foi à escola	e. () Médio incompleto
b. () Analfabeto	f. () Médio completo
c. () Fundamental incompleto	g. () Superior incompleto
d. () Fundamental completo	h. () Superior completo
5. Estado Civil: a. () solteiro b. () casado c. () divorciado d. () separado e. () viúvo f. () outros
6. Filhos? a. () sim b. () não Quantos filhos: ___ homens ___ mulheres
7. Netos? a. () sim b. () não Quantos netos: ___ homens ___ mulheres
8. Profissão: _____
9. A sua casa: a. () É própria b. () É alugada b.() É de terceiros De quem? _____
10. Sua companheira ou esposa: a. () Não trabalha b. () Dona de casa c. () Trabalha em casa d. () Trabalha fora
11. Qual é a renda mensal média da sua família? _____
12. Quando você começou a trabalhar em obras? _____ Por quê? _____
13. Em que tipo de obra você trabalha mais frequentemente? _____

- a. () Construção b. () Montagem c. () Polo Naval d. () Outro.
-

14. Onde (empresa e cidade) você trabalhou nos últimos três anos? _____
15. Você escolheu vir para Rio Grande para trabalhar no Polo Naval?
a. () Sim b. () Não. Por qual motivo veio para Rio Grande? _____
16. Você trabalha com carteira assinada? a. () sim b. () não
17. Qual é o seu vínculo de trabalho?
a. () Funcionário da empresa
b. () Terceirizado
c. () Prestador de serviços de outra empresa
18. Onde você está morando?
() Casa ou apartamento próprio. () Casa ou apartamento alugado. () Alojamento. () Outro _____
19. O que você acha que deveria ter no lugar onde você mora para melhorar sua vida como trabalhador do Pólo Naval? (Marcar mais de uma se necessário)
a. () Bons quartos para dormir
b. () Banheiros limpos
c. () Comida boa
d. () Lanhouse (internet)
e. () Privacidade
f. () Outros
Quais? _____
20. Quanto tempo você permanece no município?
Polo Naval (dias no mês) _____ Em média por obra
(meses) _____
21. Como você lida com a distância da sua família ou entes queridos?

22. Em média, quanto tempo você fica sem trabalhar entre uma obra e outra?

23. Quanto tempo você tem de folga (por dia? por semana?)

24. O que você costuma fazer nos momentos em que está de folga? (Marcar mais de uma)
a. () Dormir i. () Tarefas do dia-a-dia
b. () Conversar com amigos j. () Outros
c. () Praticar esportes O
d. () Jogar (dominó, cartas, etc.) quê? _____
e. () Beber _____
f. () Ver TV _____
g. () Fazer sexo _____
h. () Conhecer a cidade _____
25. Como você acha que o trabalhador do Polo Naval é visto por quem não é do meio? _____
26. Como você acha que o trabalhador do Polo Naval é visto pelos os moradores do município do Rio Grande?

27. Na sua opinião, quais são os maiores problemas do município do Rio Grande? (Marcar mais de uma se necessário)

- a. Saúde
- b. Falta de opções de lazer
- c. Segurança
- d. Transporte
- e. Preconceito
- f. Clima
- g. Outro? _____

28. Quais são os maiores problemas enfrentados na sua profissão? (Marcar mais de uma se necessário)

- a. Ficar longe da família
- b. Insegurança no trabalho
- c. Violência
- d. Jornada de trabalho pesada
- e. Desconforto no alojamento
- f. Baixa remuneração
- g. Risco de acidente de trabalho
- h. Falta de privacidade
- i. Mudanças constantes
- j. Desemprego
- k. Outros
Quais? _____

29. Com relação à sua religião/doutrina/crença, você se considera... (Marcar mais de uma se necessário)

- a. Não acredito em Deus (ateu)
 - b. Sem religião (mas acredito em Deus)
 - c. Católico
 - d. Protestante
 - e. Evangélico
 - f. Espírita
 - g. Umbandista
 - h. Candomblé
 - i. Outro
 - Quais? _____
-

30. O quanto você concorda com essas afirmações?

1	2	3	4	5
Nem um pouco	Pouco	Nem muito nem pouco	Muito	Bastante

- O homem deve sustentar a casa
- As mulheres devem obedecer aos homens
- Mulheres que se prostituem são vítimas de exploração
- Meninos adolescentes podem escolher com quem e quando transar
- Meninas adolescentes podem escolher com quem e quando transar
- Meninas com menos de 18 anos podem se prostituir se quiserem
- Quem manda na minha casa sou eu (mesmo quando estou no trabalho)
- A infidelidade masculina é tolerável
- A infidelidade feminina é tolerável

31. Sobre o uso de drogas, responda:

	Já Experimentou	<i>Usa atualmente</i>	Usou e parou	Nunca usou
Bebida alcoólica				
Cigarro comum				
Drogas ilícitas Quais? _____ _____				

32. Com quem você já teve experiência sexual? a. Homens b. Mulheres c. Homens e mulheres
33. Com quem costuma fazer sexo atualmente? a. Homens b. Mulheres c. Homens e mulheres
34. Com que frequência você tem relações sexuais, por semana, quando está com a sua esposa, namorada ou companheira? a. zero b. uma c. duas d. três e. mais de quatro
35. O que faz quando sente desejo sexual e está no Polo Naval longe da sua esposa, namorada ou companheira? (Marcar mais de uma se necessário)
- a. Busca prostituta
- b. Se masturba
- c. Sai com alguém da comunidade sem precisar pagar

- d. () Faz outra coisa para esquecer e esperar voltar pra casa
36. Com que frequência você tem relações sexuais, por semana, quando está no Polo Naval?
a. () zero b. () uma c. () duas d. () três e. () mais de quatro
37. Com quem você tem relações sexuais quando está no Polo Naval?

38. Com quem você prefere ter relações sexuais quando está no Polo Naval? _____
Por quê? _____
39. Você usa camisinha para evitar AIDS e/ou outras doenças sexualmente transmissíveis?
a. () Nunca b. () Às vezes c. () Sempre
40. Você usou camisinha na sua última relação? a. () Sim b. () Não
41. Você já fez algum teste de HIV? a. () Sim b. () Não
Se sim, qual foi o resultado? a. () Positivo b. () Negativo c. () Não sei
42. Quantas(os) parceiras(os) você tem por ano?

43. Você já engravidou alguma mulher com que se relacionou durante a sua estadia em alguma outra obra que você trabalhou ou agora que está aqui no Pólo Naval?
a. () Sim b. () Não c. () Não sei - Se a resposta for afirmativa, aplicar a entrevista 2
44. No seu entender, qual é a idade para um menino começar a vida sexual?

45. No seu entender, qual é a idade para uma menina começar a vida sexual?

46. Queremos saber mais sobre a disponibilidade de sexo no Polo Naval. Qual o seu grau de concordância e discordância para as frases segundo a escala:
- | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-------|-------------|----------|--------------|--------|
| Nunca | Quase nunca | Às vezes | Quase sempre | Sempre |
- a. () A prostituição é comum nas obras por onde ando
b. () É comum ver meninos e meninas menores de 18 anos se prostituindo
c. () Em geral, meus colegas do Polo Naval saem com prostitutas
d. () Em geral, meus colegas do Polo Naval saem com meninos(as) menores de 18 anos para fazer programas
e. () Eu costumo sair com prostitutas
f. () Acho que alguma prostituta com quem saí tinha menos de 18 anos
g. () É comum ver colegas se divertindo com menores de idade
h. () Eu já me diverti com crianças e adolescentes
i. () É comum ver crianças/adolescentes se prostituindo perto do Polo Naval
j. () É comum crianças/adolescentes oferecerem serviços sexuais para trabalhadores do Polo Naval
k. () É comum mães de crianças/adolescentes oferecerem serviços sexuais de seus filhos para trabalhadores do Polo Naval
l. () É comum motoristas (taxistas, caminhoneiros) oferecerem serviços sexuais de crianças/adolescentes
47. Em geral, quais são as regiões do país onde você sabe que existe mais prostituição de meninas(os) menores de _____ anos?

48. Por que você acha que meninos e meninas menores de 18 anos se prostituem? (Marcar mais de uma se necessário)
a. () Por que existem adultos que gostam, que procuram

- b. () Porque é o que há disponível para fazer
- c. () Porque há mercado fácil para eles(as)
- d. () Por necessidade financeira da criança ou da família
- e. () Porque são exploradas/obrigadas por alguém
- f. () Porque eles(a) gostam de sexo (têm prazer)
- g. () Outros Quais?

49. Por que você acha que homens querem/buscam fazer sexo com meninos e meninas menores de 18 anos? (Marcar mais de uma se necessário)
- a. () Para reafirmar a sua masculinidade
 - b. () Para reafirmar a sua virilidade perante si e os outros
 - c. () Para se sentir poderoso
 - d. () Para aumentar sua auto-estima frente a alguém incapaz de questionar o seu desempenho
 - e. () Por ter mais excitação e prazer (características físicas, corpos virgens etc.)
 - f. () Por “safadeza”, “falta de vergonha na cara”
 - g. () Outro)Outro
Qual? _____

50. Se você já saiu com adolescentes, conte-nos um pouco sobre isto (onde, quando, etc.) _____
- _____
- _____
- _____

51. Se não saiu, por que não o fez?
- _____
- _____
- _____

52. Você sabe dizer, em média, quanto se cobra por um programa com menores de idade?
- _____

53. É mais caro ou mais barato que programas com adultos?
- _____

54. Sobre as leis e os serviços para crianças e adolescentes:

	Marque o que você conhece	Para que serve?
()	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	
()	Conselho tutelar	
()	Juizado	
()	Disque-denúncia contra prostituição infantil	
()	Campanha contra o turismo sexual	

55. Você já usou o disque-denúncia? a. () Sim b. () Não
Quando? _____

Pra _____ quê?

56. A sua empresa alguma vez tratou de temas relacionados aos direitos sexuais de crianças e adolescentes?

a. ()Sim b. ()Não

57. A sua empresa alguma vez tratou de temas relacionados aos seus direitos? a. ()Sim b. ()Não

58. O que você pretende fazer quando terminar a sua atividade no Polo Naval?

59. Você pretende permanecer no município do Rio Grande após o término da sua atividade? a. ()Sim

b. ()Não

60. Quais são os seus planos para o futuro? _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGA

ANEXO C

QUESTIONÁRIO 2 – PERGUNTAS ABERTAS

Questionário será aplicado quando houver alguma resposta positiva a questão 43 do Questionário 1.

- 1) Como aconteceu o envolvimento com essa mulher?
- 2) Você sabe de onde ela era (indicar a cidade)?
- 3) Onde a conheceu? Em que situação?
- 4) Qual a profissão dela?
- 5) Quanto tempo vocês ficaram juntos? Ainda estão juntos?
- 6) Como você soube da gravidez?
- 7) Qual foi a sua reação?
- 8) Essa gravidez foi planejada ou não?
- 9) O que você fez após receber a notícia?
- 10) Você registrou a criança em seu nome?
- 11) Você contribuiu financeiramente para o cuidado dessa criança?
- 12) Com quantos anos está essa criança agora?
- 13) Você tem contato com ela (a criança)?
- 14) Onde a criança mora (cidade/bairro)?

Se **NÃO** tem contato, perguntar:

- 15) Como ela vive e com quem?
- 16) Como se sente em relação a essa situação?
- 17) Você tem interesse em conhecê-la? Gostaria de ser mais presente? O que o impede?

Se **TEM** contato, perguntar:

- 15) Como é o seu contato com a criança? Esporádico ou contínuo?
- 16) Como você avalia a sua relação com o(a) seu(sua) filho(a)?
- 17) Quais são os seus planos para essa família?

Após esses questionamentos retomar para entrevista 1.